

Angola 2050



CAPITAL MUNDIAL do PIQUENIQUE

PICKNIC WORLD CAPITAL



**POLÍTICA DE TURISMO
COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**



“A única forma de desenvolver o país é com a ciência, não são os políticos”.

João Lourenço (Presidente do MPLA)

Luena - Moçico em 11/06/2022

1.a edição | julho, 2022

 **EDIÇÕES ESGOTADAS**

Lisboa | Porto | Viseu | Aveiro

www.edicoesegotadas.com
geral@edicoesegotadas.com

© 2022

Direitos reservados para Edições Esgotadas, Lda.

Título Angola 2050 - Capital mundial do piquenique

Autor © Hélio Aragão

Revisão de Texto Ana Maria Oliveira | Edições Esgotadas, Lda.

ISBN 978-989-9015-76-0

Depósito Legal 502245/22

Impressão e Acabamento Euro2 - Impress Direct

Execução Gráfica Edições Esgotadas, Lda.

Angola 2050

Capital mundial do piquenique Picnic World Capital

Política de Turismo como Fator de Desenvolvimento Territorial

Hélio Aragão



... não há turismo de qualidade sem território de qualidade.

Vieira, 2007

...o principal objetivo do desenvolvimento turístico é aumentar a prosperidade económica e garantir um melhor nível de vida às pessoas que vivem num determinado país ou região.

Cunha, 2013

AGRADECIMENTOS

Primeiro, quero agradecer a Deus pai todo-poderoso e a nossa Senhora Virgem Maria, por serem os meus fiéis protetores e guias, nesta jornada de altos e baixos.

Agradeço ao meu pai “Lourenço Aragão” (*in memoriam*) pelo legado, à minha querida e amada mãe “Chana de Aragão”, pelos sucessivos ensinamentos e pela cumplicidade em todos os meus projetos.

Agradeço à minha querida parceira e companheira de todos os sonhos, Anuarith Martins, e às minhas queridas filhas Naélia Aragão e Maria Clara Aragão, por aturarem o vosso papá.

Os meus agradecimentos vão, também, para os meus queridos irmãos, Joaquim Carlos Ganga, Tomás Aragão “Toné”, Cyd Aragão “Dinho”, Lú Aragão (*in memoriam*), Gedson Aragão “Ged”, Walter Aragão “Mufassa” e Gustavo Aragão “Guga” pela irmandade que nos une.

Tios, primos, sobrinhos, compadres, amigos e camaradas, o meu muito obrigado pelo companheirismo de sempre.

Um agradecimento especial para as universidades Agostinho Neto (Angola), Universidade do Porto (Portugal), UTANGA (Angola), Óscar Ribas (Angola), Tuiuti do Paraná (Brasil), ao Eng. Carlos Alberto Jaime “Calabeto”, para a Dra. Teresa Sá Marques, Geógrafa

Paula Leite, Arq. Victória Awoyama Klein, Arq. José Macuanda e Designer Adriano Chandama, pela partilha do conhecimento.

E, ainda, ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (INFOTUR - Instituto de Fomento Turístico de Angola e a Direção Nacional de Qualificação de Infraestruturas e Produtos Turísticos), ao Ministério dos Transportes, ao Consulado Geral de Angola, no Porto – Portugal, a TAAG e a AGT, pela parceria.

Um obrigado especial vai para os meus eternos munícipes, empresários e colegas da Administração do Distrito Urbano do Benfica, por me terem ensinado, em 2019/2020, que governar é ter sensibilidade.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
<hr/>	
CAPÍTULO I - ANGOLA	13
LOCALIZAÇÃO	13
DIVISÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA	15
CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	16
ENQUADRAMENTO GERAL	18
<hr/>	
CAPÍTULO II - ANGOLA 2050	33
<hr/>	
2/VI	37
VIVER	39
VISITAR	57
TRABALHAR	63
INVESTIR	69
<hr/>	
CAPÍTULO III - TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	75
<hr/>	
VILAS 7 DO PIQUENIQUE	83
VILA 7 DO PIQUENIQUE DE LUANDA	89
VILA 7 DO PIQUENIQUE DE BENGUELA	115
VILA 7 DO PIQUENIQUE DO NAMIBE	121
VILA 7 DO PIQUENIQUE DA HUÍLA	127
<hr/>	
CAPÍTULO IV - MOBILIDADE	133
<hr/>	
MOBILIDADE TURÍSTICA ENTRE AS PROVÍNCIAS DAS VILAS 7 DO PIQUENIQUE	133

MOBILIDADE FERROVIÁRIA	133
MOBILIDADE MARÍTIMA	136

CONCLUSÕES	141
-------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Toda a história de uma paixão pela governação local (estar próximo dos munícipes) começou, através de um convite do saudoso Dr. Luther Resgoa, então Governador da Província de Luanda, para integrar a sua equipa de trabalho no papel de Administrador do Distrito Urbano do Benfica. No dia 21 de junho de 2019, com a nomeação pelo Despacho n.º 226/GGPL/2019, de 21 de junho, e a tomada de posse, no dia 24 do mesmo mês, 114 mil habitantes, segundo os dados do último Censo realizado pelo INE, em 2014, ficaram sob a minha responsabilidade. Com alguma experiência no setor do empreendedorismo e 37 anos de idade, encarei o desafio público de dirigir os destinos daquele território, com um sentimento de partilha e doação, centrando a governação (de junho de 2019 a dezembro de 2020), no munícipe, sem medo de errar, pois quem não entende de pessoas não entende de governação e não pode candidatar-se a cargos públicos. Após a minha apresentação aos funcionários (a quem trato por parceiros, pois foram, realmente, verdadeiros parceiros para o êxito da missão), tive contacto com a verdadeira realidade do território que estava sob minha responsabilidade, instalações de trabalho sem condições adequadas, fracas e degradadas infraestruturas de distribuição de água, energia elétrica, iluminação pública, mobilidade reduzida, devido à degradação das estradas, falta de organização territorial e de identificação, ruas sem toponímia e números de polícia, poucas infraestruturas de educação e saúde, falta de parques e jardins para lazer e prática de exercício físico, etc. A vivência desse cenário fez surgir a seguinte pergunta:

Como gostaria que os municípios de Angola estivessem nos meus 70 anos de idade? Por sinal, dois anos mais tarde da meta traçada para o Angola 2050. Fiz alguns cálculos de tempo e percebi que, se Deus todo-poderoso me conceder longevidade (a esperança de vida dos homens, em Angola, é de 61 anos, INE 2021), poderei ver algumas das sementes germinarem, ou mesmo darem frutos.

Cada ser humano tem a obrigação de deixar a terra um pouco melhor para as futuras gerações, sejam elas com ou sem ligação direta a si próprio. Em função da pergunta dos 70 anos, comecei a traçar, com determinação e foco, a concretização de um sonho: largar familiares, emprego, empreendimentos, casas, *good life*, em Luanda, em busca de mais conhecimento para voltar e cuidar melhor dos municípes. Na verdade, a procura pelo conhecimento deve ser o lema constante das nossas vidas. Com o total apoio da minha companheira de todas as horas, rumámos, primeiramente, para a cidade de Cape Town, na África do Sul, com o intuito de melhorar a aprendizagem da língua inglesa, mas segui os conselhos de alguns familiares e amigos, que me mostraram as vantagens e as desvantagens entre a África do Sul e Portugal, locais onde pretendíamos fazer o mestrado, no meu caso, e o doutoramento, no caso da minha companheira. Iniciada uma pesquisa no âmbito da disponibilidade de cursos, a escolha recaiu no Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Apesar de vir de uma licenciatura em Marketing (feita em Curitiba -Brasil), para dominar melhor o território, foi necessário aprender a fazer mapas e a interpretá-los, pois trata-se da área da geografia.

Quando, em crianças, nos dizem que o tempo de Deus e a orientação divina não são iguais às dos homens é pura verdade, e este mestrado é o caminho para o qual Deus me orientou para poder ajudar a desenvolver o meu rico e lindo país, Angola.



A screenshot of a Facebook post by Ivan Chicapa, dated 25/04/2020. The post features a video of a man in a light blue shirt hugging a young girl in a pink shirt. The word "Obrigado" is overlaid on the video in a large, white, cursive font. The post text reads: "Eu acredito na minha geração! Hélio Aragão, meu mano, este vídeo não precisa de legenda para cortar o coração de qualquer pessoa! 🙏🙏🙏🙏". Below the text is a quote: "'Governar é ter sensibilidade' By: Hélio Aragão (2019)". The video player shows a crowd of people, with a sign for "Benfica" visible in the background. The post has 13 comments and 2 shares.

Ivan Chicapa
25/04/2020 · 🌐

Eu acredito na minha geração!
Hélio Aragão, meu mano, este vídeo não precisa de legenda para cortar o coração de qualquer pessoa! 🙏🙏🙏🙏

"Governar é ter sensibilidade"
By: Hélio Aragão (2019)

Obrigado

Tu; Abençoada Por Deus e 28 outras pessoas · 13 comentários · 2 partilhas

Gosto · Comentar · Partilhar



**ANGOLA
GOLDEN
GENERATION**
*A Construir
o Futuro*



Hélio Aragão

MEMBRO DO FORUM DE JOVENS EMPRESÁRIAS E LÍDERES DA ÁREA DE NEGÓCIOS E INOVAÇÃO DA ANGOLA 2050

...a ideia de criar uma rede de jovens empresários e líderes da área de negócios e inovação em Angola. O objetivo é promover o empreendedorismo e a inovação entre os jovens, criando uma comunidade de apoio e colaboração. O fórum é composto por jovens empresários e líderes da área de negócios e inovação em Angola, que se reúnem regularmente para discutir e partilhar experiências e conhecimentos. O fórum também organiza eventos e atividades que visam promover o empreendedorismo e a inovação entre os jovens. O fórum é uma iniciativa importante para o desenvolvimento económico de Angola, pois promove a criação de emprego e o crescimento das empresas. O fórum também promove a inovação e a criatividade, que são essenciais para o sucesso das empresas no futuro. O fórum é uma iniciativa que merece o apoio e o reconhecimento de todos os cidadãos angolanos.

...a ideia de criar uma rede de jovens empresários e líderes da área de negócios e inovação em Angola. O objetivo é promover o empreendedorismo e a inovação entre os jovens, criando uma comunidade de apoio e colaboração. O fórum é composto por jovens empresários e líderes da área de negócios e inovação em Angola, que se reúnem regularmente para discutir e partilhar experiências e conhecimentos. O fórum também organiza eventos e atividades que visam promover o empreendedorismo e a inovação entre os jovens. O fórum é uma iniciativa importante para o desenvolvimento económico de Angola, pois promove a criação de emprego e o crescimento das empresas. O fórum também promove a inovação e a criatividade, que são essenciais para o sucesso das empresas no futuro. O fórum é uma iniciativa que merece o apoio e o reconhecimento de todos os cidadãos angolanos.

...a ideia de criar uma rede de jovens empresários e líderes da área de negócios e inovação em Angola. O objetivo é promover o empreendedorismo e a inovação entre os jovens, criando uma comunidade de apoio e colaboração. O fórum é composto por jovens empresários e líderes da área de negócios e inovação em Angola, que se reúnem regularmente para discutir e partilhar experiências e conhecimentos. O fórum também organiza eventos e atividades que visam promover o empreendedorismo e a inovação entre os jovens. O fórum é uma iniciativa importante para o desenvolvimento económico de Angola, pois promove a criação de emprego e o crescimento das empresas. O fórum também promove a inovação e a criatividade, que são essenciais para o sucesso das empresas no futuro. O fórum é uma iniciativa que merece o apoio e o reconhecimento de todos os cidadãos angolanos.

“ACORDO QUE OS JOVENS NÃO DEVEM QUERER SER FUNCIONÁRIOS DO ESTADO, MAS SIM DONOS DO SEU PRÓPRIO NEGÓCIO. É EFICAZ, MAS COMPENSA E SINTO-ME OBRIGADO POR ESTUDAR ESTES JOVENS A FAZER O MELHOR!”

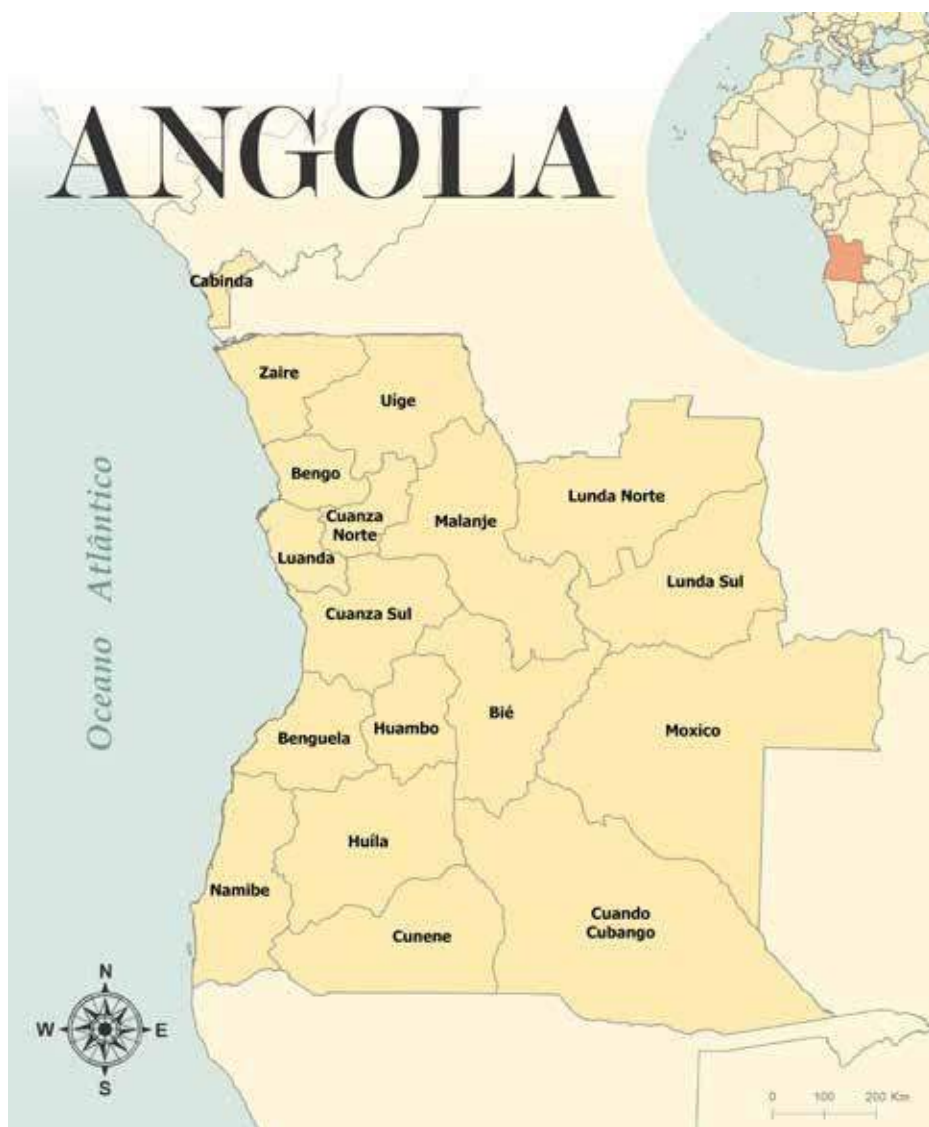
CAPÍTULO I - ANGOLA

Localização

Angola é o sexto País Africano de maior dimensão, com uma área de 1.246.700 Km², tendo uma costa de 1.650 e uma fronteira terrestre de 4.837 Kms. A República de Angola fica situada na costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, cujo território principal é limitado, a norte e a nordeste, pela República Democrática do Congo, a leste, pela Zâmbia, a sul, pela Namíbia e a oeste, pelo Oceano Atlântico. O território de Angola inclui, também, o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte.¹

1 Fonte: <http://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre-angola>

Figura 1: Localização e divisão político - administrativa de Angola.



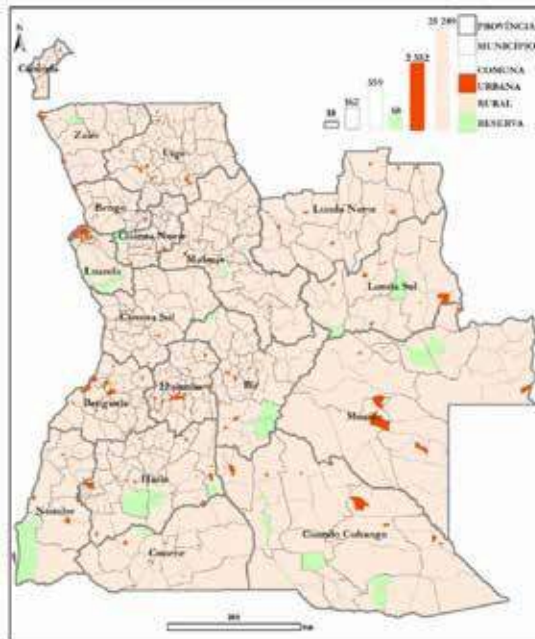
Fonte: HDX, 2020

Divisão Política Administrativa

Até à altura da independência, declarada em 11 de novembro de 1975, Angola tinha 16 províncias, tendo sido criadas após esse período mais duas: a Lunda Norte, em 1978, e o Bengo, separado de Luanda, em 1980.

No ano do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, realizado pelo INE, a Divisão Política Administrativa de Angola era constituída por 162 municípios, 559 comunas, 2 352 bairros em áreas urbanas e 25 289 aldeias em áreas rurais.

Figura 2: Municípios, comunas e localidades por província, 2014.



Fonte: INE, 2014

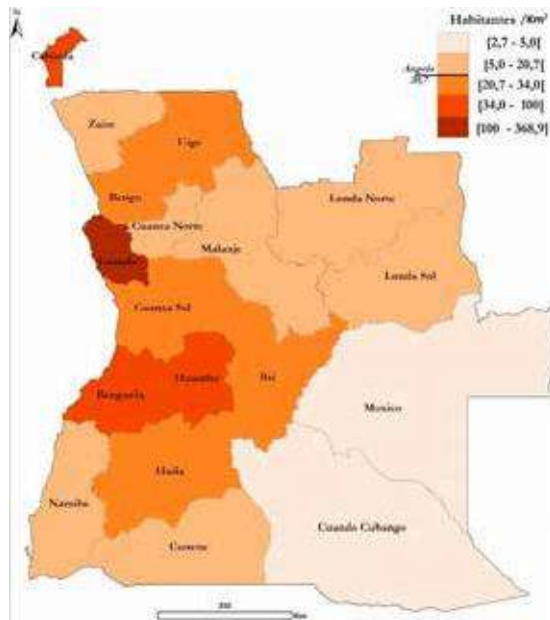
Atualmente, Angola compreende 18 províncias, que se subdividem em 164 municípios que, por sua vez, estão repartidos em 518 comunas e 44 distritos urbanos. Como se pode verificar, para além dos novos municípios, existe um incremento de novos distritos.

O Presidente João Lourenço anunciou, em julho de 2021, a sua intenção de alterar a Divisão Política Administrativa de cinco províncias do país, com vista a criar maior aproximação entre as entidades administrativas e os cidadãos, combater as assimetrias, assim como uma gestão mais justa e equilibrada do território nacional, e melhorar a prestação dos serviços públicos. As províncias abrangidas constam do Decreto Presidencial, n.º 104/21, de 08 de julho: Cuando Cubango, Moxico, Lunda-Norte, Malanje e Uíge, onde o Governo realizou sessões de auscultação para informar e obter contribuições para as propostas.

Caracterização Demográfica

Em cada quilómetro quadrado de Angola, residem 20,7 pessoas. A província de Luanda apresenta a maior densidade populacional do país, com 368 habitantes por quilómetro quadrado, cerca de 18 vezes superior à média do país. Seguem-se as províncias de Benguela e Huambo com uma média de 70 e 59 habitantes por quilómetro quadrado, respetivamente, cerca de 3 vezes superior à média do país.

Figura 3: Densidade demográfica por província, 2014



Fonte: INE, 2014

Segundo os dados atuais da projeção do país divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística referente ao Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, Angola tem, atualmente, 28.359.634 habitantes. De acordo com o INE (2017), deste número, 13.408.218 são homens e correspondem a 47,3% e 14.196.206 são mulheres, representando 52,7%. Corroborando os dados de 2014, a província de Luanda volta a apresentar-se com o maior número de habitantes, 7.714.644, dos quais 3.927.018 são mulheres e 3.787.626 são homens. Ainda sobre a província de Luanda, vivem na zona urbana 3.678.190 homens e 3.829.315 mulheres, enquanto, na área rural, residem 100.436 homens e 97.703 mulheres. A província do Bengo é o território com menos habitantes, de acordo com o INE (2017), com 413 599 habitantes, dos quais 206 787 são homens e 206.812 são mulheres.

Enquadramento geral

A Constituição da República de Angola, no seu artigo 18.º, sobre os Símbolos Nacionais, define:

1. São símbolos nacionais da República de Angola a Bandeira Nacional, a Insígnia Nacional e o Hino Nacional.
2. A Bandeira Nacional, a Insígnia Nacional e o Hino Nacional, símbolos da soberania e da independência nacionais, da unidade e da integridade da República de Angola, são os adotados aquando da proclamação da independência nacional, a 11 de novembro de 1975 e tal como constam da Lei Constitucional de 1992 e dos anexos I, II e III da presente Constituição.
3. A lei estabelece as especificações técnicas e as disposições sobre a deferência e o uso da Bandeira Nacional, da Insígnia Nacional e do Hino Nacional.

Havendo necessidade de regulamentar as Especificações Técnicas e as disposições sobre a Deferência e o uso da Bandeira Nacional, da Insígnia Nacional e do Hino Nacional, foi exarado o Decreto Presidencial n.º 161/19 de 20 de maio, para a sua oficialização.

Bandeira



DR I SÉRIE - N.º 68 - DE 20 DE MAIO DE 2019

BANDEIRA NACIONAL



DESIGNAÇÃO E SIMBOLOGIA

A Bandeira Nacional de Angola é um símbolo de unidade, de liberdade e de progresso. Foi adotada em 1975, após a independência do país, e representa a luta pela libertação e a construção de um futuro melhor para o povo angolano.

- 1. **Forma:** Retângulo, dividido horizontalmente em duas partes iguais, a superior vermelha e a inferior preta.
- 2. **Elementos:** No centro, um círculo amarelo contendo uma estrela de cinco pontas, um guilhotim e um machado cruzados.
- 3. **Significado:** O vermelho representa o sangue derramado pela luta pela libertação; o preto, a terra e o povo; a estrela, a unidade e a liberdade; o guilhotim e o machado, as ferramentas da revolução e da construção.

DR I SÉRIE - N.º 68 - DE 20 DE MAIO DE 2019

BANDEIRA NACIONAL



VERSÃO ORIGINAL DA BANDEIRA NACIONAL - CONDIÇÃO COM BASE QUADRADA TÉCNICA

LEGENDA DE CONSTRUÇÃO

1. A bandeira Nacional de Angola é um símbolo de unidade, de liberdade e de progresso. Foi adotada em 1975, após a independência do país, e representa a luta pela libertação e a construção de um futuro melhor para o povo angolano.

2. A bandeira Nacional de Angola é um símbolo de unidade, de liberdade e de progresso. Foi adotada em 1975, após a independência do país, e representa a luta pela libertação e a construção de um futuro melhor para o povo angolano.

Fonte: DR I SÉRIE – N.º68-DE 20 DE MAIO 2019

Insígnia

111 | ESTADO DA REPÚBLICA

INSÍGNIA NACIONAL



DESCRIÇÃO E SIGNIFICADO

Insígnia Nacional do Estado da República de Angola. O emblema foi criado por António de Aguiar, tendo sido adotado em 1975, após a independência. O emblema é formado por uma coroa de dentes de engrenagem, um livro aberto, um machado e um cetro, e um círculo de raios solares. O lema nacional é "Unidade e Luta".

- Coroa de dentes de engrenagem: simboliza a indústria e a agricultura.
- Libro aberto: simboliza a cultura e o conhecimento.
- Machado e cetro: simbolizam a luta revolucionária e a justiça social.
- Círculo de raios solares: simboliza a unidade e a luta.

112 | DR I SÉRIE - N.º 68 - DE 20 DE MAIO DE 2019

INSÍGNIA NACIONAL



ARMA-OPERA DA INSÍGNIA NACIONAL | CONSTRUÇÃO EM BASE DE GRUPO TRIENAL

GRUPO DE CONSTRUÇÃO

O emblema da Insígnia Nacional do Estado da República de Angola é formado por uma coroa de dentes de engrenagem, um livro aberto, um machado e um cetro, e um círculo de raios solares. O lema nacional é "Unidade e Luta".

A Insígnia Nacional do Estado da República de Angola é formada por uma coroa de dentes de engrenagem, um livro aberto, um machado e um cetro, e um círculo de raios solares. O lema nacional é "Unidade e Luta".

Fonte: DR I SÉRIE – N.º68-de 20 de maio de 2019

Hino

I SÉRIE – N.º 68 – DE 20 DE MAIO DE 2019

3303

HINO NACIONAL - VERSÕES COMPLETA E REDUZIDA

LETRA — VERSÃO COMPLETA (CANTADA) "ANGOLA AVANTE"

Ó Pátria nunca mais esqueceremos
 Os heróis do 4 de Fevereiro
 Ó Pátria nós saudamos os teus filhos
 Tombados pela nossa independência
 Honramos o passado, a nossa história,
 Construímos no trabalho o homem novo
 Honramos o passado, a nossa história
 Construímos no trabalho o homem novo

Angola avante, revolução
 Pelo poder popular
 Pátria unida, liberdade
 Um só povo uma só Nação

Angola avante, revolução
 Pelo poder popular
 Pátria unida, liberdade
 Um só povo uma só Nação

Levantemos nossas vózes libertadas
 Pela a glória dos povos africanos
 Marchemos combatentes angolanos
 Solidários com os povos oprimidos
 O gúrilhos lutaremos pela paz
 Com as forças progressistas do mundo
 O gúrilhos lutaremos pela paz
 Com as forças progressistas do mundo

Angola avante, revolução
 Pelo poder popular
 Pátria unida, liberdade
 Um só povo uma só Nação

Angola avante, revolução
 Pelo poder popular
 Pátria unida, liberdade
 Um só povo uma só Nação

VERSÃO REDUZIDA — NÃO CANTADA (APENAS TOCADA)

Executa-se a primeira metade da música que é composta por
 uma introdução e o refrão tocado duas vezes.

DESCRIÇÃO E SIGNIFICADO

"Angola Avante" é o título do Hino Nacional da República de Angola. Adotado em 1975, aquando a proclamação da

independência de Angola, tem letra de Manuel Rui Alves Monteiro e música de Rui Vitor Dias Mingas.

Fonte: DR I SÉRIE – N.º 68-de 20 de maio de 2019

Sistema político

De acordo com a nova constituição, aprovada em janeiro de 2010, Angola é um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. Por outro lado, assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas.

O Presidente da República é eleito automaticamente, por via do posicionamento como cabeça de lista do partido ou coligação mais votada nas eleições gerais, da mesma forma que se criou o cargo de Vice-Presidente, correspondente ao segundo lugar da lista vencedora. Considerado um Regime Presidencial, o Presidente da República é o Chefe de Estado e de Governo. O Executivo é constituído por um Conselho de Ministros nomeado pelo Presidente e os membros da Assembleia Nacional são eleitos por votação proporcional para um mandato de cinco (5) anos.²

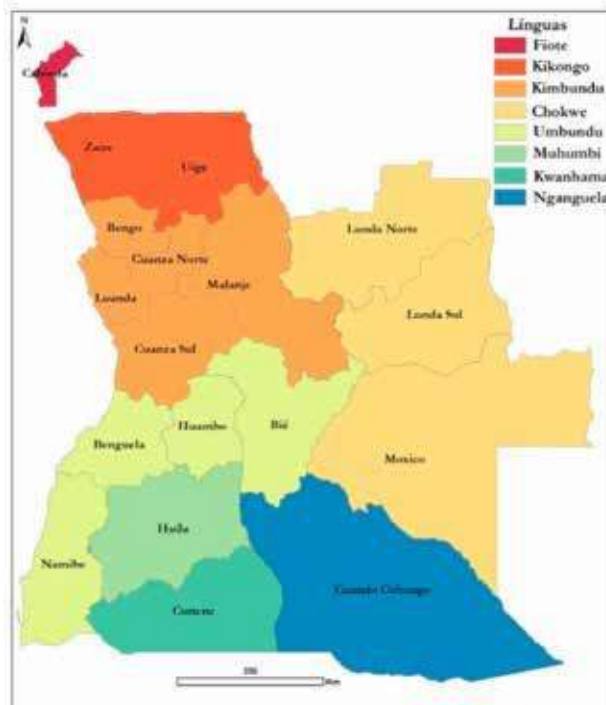
Línguas

O português é a língua oficial. Existem ainda mais de 20 línguas nacionais. A segunda língua mais falada (26%) é o Umbundo, na região centro-sul de Angola e em muitos meios urbanos. A terceira língua nacional mais falada (20%) é o Kimbundu,

² Fonte: <http://www.embangola.at/dados.php?ref=poder-do.estado>

na zona centro-norte, no eixo Luanda-Malanje e no Kwanza-Sul. Esta língua influenciou e foi influenciada pelo português, sendo notório o intercâmbio de alguns elementos lexicais. O kikongo falado no Norte (Uíge e Zaire) tem diversos dialetos. Na província de Cabinda, fala-se o Fiote. O Chokwe é a língua do Leste, por excelência, desde a Lunda Norte, ao Cuando Cubango. Kwanhama, Nganguela, Nyaneca e Mbunda são outras línguas de origem bantu faladas em Angola.³

Principais línguas nacionais mais faladas por província



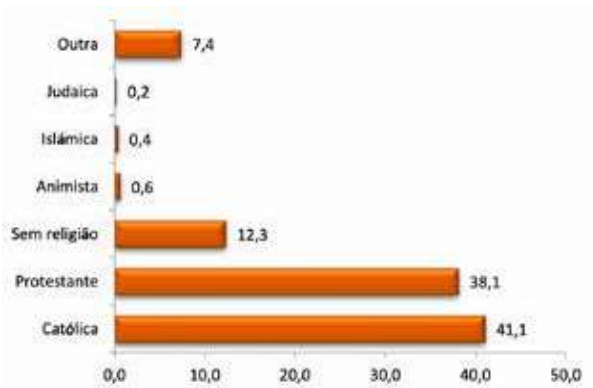
Fonte: INE, 2014

3 Fonte: <https://www.fao.org/tc/cplpunccd/paginas-nacionais/angola/en/>

Religião

Em 2014, a religião católica era a principal praticada em Angola, com 41% da população, a seguir aparecia a religião protestante, com 38%. Já se verifica, em Angola, a presença das religiões Islâmica e Judaica, mas com proporções inferiores a 0,5%.

Principais religiões praticadas



Fonte: INE, 2014.

Estrutura da Administração Local em Angola ⁴

Lei n.º 17/10 de 29 de Julho

Lei da organização e do funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado.
— Revoga o Decreto-Lei n.º 2/07, de 3 de Janeiro.

ARTIGO 1.º (Objecto)

A presente lei estabelece os princípios e as normas de organização e de funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado.

⁴ Fonte: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang139669.pdf>

ARTIGO 3.º (Princípios)

1. A organização e o funcionamento da Administração Local do Estado regem-se pelos princípios da desconcentração administrativa, da constitucionalidade e legalidade, da diferenciação, da transiência de recursos, da transitoriedade, da participação, da colegialidade, da probidade administrativa, da simplificação administrativa e da aproximação dos serviços às populações.

2. As relações entre os órgãos centrais e os órgãos locais da Administração do Estado desenvolvem-se com a observância dos princípios da unidade, da hierarquia e da co-ordenação institucional.

Funções dos Órgãos da Administração Local do Estado**ARTIGO 5.º (Representação)**

Os órgãos da Administração Local do Estado têm a competência de representar a Administração Central do Estado a nível local, de exercer a direcção e a coordenação sobre a generalidade dos serviços que compõem a Administração Local e de contribuir para a unidade nacional.

ARTIGO 6.º (Garantia)

Os órgãos da Administração Local do Estado asseguram, no respectivo território, a realização de tarefas e programas económicos, sociais e culturais de interesse local e nacional, com a observância da Constituição, das deliberações da Assembleia Nacional e das decisões do titular do Poder Executivo.

Administração Local do Estado**ARTIGO 7.º (Objectivos)**

A Administração Local do Estado é exercida por órgãos desconcentrados da Administração central e visa, a nível local, assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da Administração do Estado, participar, promover, orientar o desenvolvimento económico e social e garantir a prestação de serviços públicos na respectiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local.

ARTIGO 8.º (Divisão administrativa)

Para efeitos de Administração Local do Estado o território da República de Angola organiza-se, territorialmente, em províncias e estas em municípios, podendo, ainda, estruturar-se em comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei.

ARTIGO 9.º (Categoria dos órgãos da Administração Local do Estado)

1. Os órgãos da Administração Local do Estado classificam-se em órgãos colegiais e órgãos singulares.

2. São órgãos colegiais:

- a) o Governo Provincial;
- b) a Administração Municipal;
- c) a Administração Comunal.

3. São órgãos singulares:

- a) o Governador Provincial;
- b) o Administrador Municipal;
- c) o Administrador Comunal.

Regulamento da Lei da Administração Local do Estado

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 202/19
de 25 de Junho

Considerando que a Lei n.º 15/16, de 12 de Setembro, Lei da Administração Local do Estado, estabelece os princípios e as normas gerais de organização e funcionamento dos órgãos administrativos locais, os quais são aplicáveis aos escalões provincial, municipal e infra-municipal.

Havendo necessidade de se estabelecer um novo paradigma da estrutura orgânica e funcional dos entes administrativos locais nos diferentes níveis;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

REGULAMENTO DA LEI DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DO ESTADO

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objetivo)

O presente Diploma regula os princípios e as normas de organização e de funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, fixando as respectivas estruturas orgânicas, bem como os mecanismos de operacionalização.

A organização e funcionamento da Administração Local do Estado rege-se, entre outros, pelos princípios da igualdade, legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, proibição administrativa, respeito pelo património público, assim como pelos princípios da descentralização, descentralização, simplificação de procedimentos administrativos, da diferenciação e da aproximação dos serviços às populações.

ARTIGO 4.º
(Objetivo)

A Administração Local do Estado é exercida por órgãos administrativos desconcentrados da Administração Central que visam assegurar, nos respectivos níveis territoriais a realização das atribuições e dos interesses específicos da Administração do Estado e dos cidadãos, das comunidades e das empresas, promover o desenvolvimento económico e social e garantir a prestação de serviços públicos na respectiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local.

ARTIGO 5.º
(Órgãos da Administração Local do Estado)

1. Os Órgãos da Administração Local do Estado classificam-se em órgãos singulares e órgãos colegiais.

2. São órgãos singulares:

- a) Governador Provincial e o Presidente da Comissão Administrativa do Município;
- b) Vice-Governador Provincial e o Vice-Presidente da Comissão Administrativa do Município;

3664

DIÁRIO DA REPÚBLICA

- e) Administrador Municipal;
- f) Administrador Municipal-Adjunto;
- g) Administrador Comunal e o Administrador de Distrito Urbano;
- h) Administrador Comunal-Adjunto e o Administrador-Adjunto de Distrito Urbano.

3. São órgãos colegiais:

- a) Governo Provincial e a Comissão Administrativa do Município;
- b) Administração Municipal;
- c) Administração Comunal e a de Distrito Urbano;
- d) Conselho de Aconselhamento da Comunidade;
- e) Conselho de Concertação Social;
- f) Conselho de Vigilância Comunitária.

3. Excepcionalmente, ponderadas as circunstâncias concretas da gestão local, pode ser nomeado mais um Vice-Governador.

4. O Governador Provincial pode delegar poderes aos Vice-Governadores para acompanhar, tratar e decidir certos assuntos relativos à sua actividade.

O Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT 2015 - 2025) ⁵

Figura 4: Decreto Presidencial n. 214/15 de 8 de dezembro

4130 DIÁRIO DA REPÚBLICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 214/15
de 8 de Dezembro

Em conformidade com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/12, de 15 de Outubro, que aprova a Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República e considerado a necessidade de aprovação do Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT) para o período 2015-2025.

Tendo em conta o estabelecimento de uma ferramenta de execução estratégica para o cumprimento das políticas e estratégias do Governo para o Sector, e integrer de forma eficaz e coordenada a actuação dos diferentes Ministérios ao nível das administrações locais.

Havendo necessidade de se assegurar maior coordenação e entrosamento entre o Governo, os cidadãos, as empresas, as famílias e as comunidades no compromisso assumido de fortalecer cada vez mais a Administração Pública, visando a melhoria dos serviços prestados e a prossecução de interesse público.

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea f) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, nos termos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território 2015-2025, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Divulgação)

As dúvidas e emendas resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Aprouvo em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 23 de Setembro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Outubro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

«Um plano vasto e abrangente Programa não pode ser executado sem se pensar também na reforma da administração local. Essa reforma assentará nos princípios da descentralização e desconcentração administrativas, consagradas na Lei Constitucional (Constituição).»

«O objectivo global a prosseguir será a criação de uma Administração Local e de seu Poder local, que responda, com eficácia e eficiência às necessidades das comunidades locais e ao desenvolvimento do País.»

José Eduardo dos Santos
Presidente da República

**PLANO NACIONAL ESTRATÉGICO DA
ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO — PLANEAT
2015 - 2025**

Síntese Executiva

O Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT) resulta de um trabalho de sistematização, formalização, aprofundamento e integração de orientações correntes num vasto conjunto de documentos com origens e âmbitos bastante distintos. Foram considerados os principais documentos estratégicos governamentais, nomeadamente a Estratégia «Angola 2025», o PND 2013-2017 e a legislação em vigor relativa às Autarquias Locais e aos Órgãos da Administração Local do Estado. Foram também analisadas as grandes tendências internacionais neste campo e também o contexto político-administrativo e socioeconómico de Angola. Este exercício foi concretizado numa óptica de continuidade com a anterior actuação do Ministério da Administração do Território (MAT) de forma a assegurar a coerência com a estratégia que tem direccionado a actuação do Ministério.

Assim, este Plano oferece uma visão estratégica que reflecte os princípios que pautam a actuação do Ministério e que se materializa numa estrutura lógica que engloba um ambicioso conjunto de programas que visam alcançar os objectivos estratégicos delineados para o período. O desenvolvimento destes projectos contempla um mecanismo e estabelecido plano de implementação que apoiará os sectores da Administração do Território na implementação deste instrumento.

Com base nestes documentos orientadores e no esquadramento realizado foi estabelecida a visão estratégica para a Administração do Território que passará a actuação dos Ministérios ao longo do horizonte temporal em que assenta. Este documento visa igualmente contribuir de forma concreta para a cabal materialização dos objectivos e atribuições do Ministério da Administração do Território. Tal requer a existência de um plano de implementação estruturado em objectivos, resultados, indicadores e actividades com prazos de execução e estimativas de custos definidos. Como tal, o PLANEAT 2015-2025 não só define os objectivos a atingir com esta estratégia mas também o modo de a corporar. O PLANEAT contempla programas e projectos, devidamente calendarizados, em que são identificados os responsáveis pela execução e os resultados esperados de cada iniciativa. Deste modo, este documento é uma ferramenta de apoio à acção do MAT e demais sectores envolvidos na administração do território e no desenvolvimento local, facilitando a implementação das iniciativas nele enunciadas e a respectiva monitorização no seu quotidiano.

Pelos motivos aqui expostos, o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território 2015-2025 permite, assim, prosseguir o esforço de desenvolvimento e modernização da Administração do Território, a nível central e local, contribuindo para uma governação mais eficiente, mais próxima do cidadão e mais capaz de causar um impacto significativo no desenvolvimento de Angola.

O MAT é, tal como definido pelo seu estatuto orgânico, o departamento responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas do Governo no que concerne à Administração Local do Estado, à Administração

5 Fonte: <https://urbanplan.unhabitat.org/sites/default/files/faolex/ang152130.pdf>

Antárquica, à separação e gestão territorial, às autoridades e comunidades tradicionais, bem como ao apoio à realização de processos eleitorais a nível geral e local.

O MAT tem, portanto, o papel fundamental de assegurar a concretização do poder executivo em toda a extensão do território nacional e integrar de forma eficaz e coordenada a atuação das diferentes instituições baseadas nas administrações locais. Face a este cruzar coordenativo do Ministério, urge assegurar que exista uma planificação clara de todas as atividades a desenvolver que possibilite concretizar e estabelecer as suas atribuições.

Muito relevante ainda é a definição das linhas de orientação do MAT no sentido de promover o seu papel na transposição das políticas do Governo ao nível dos diferentes Ministérios para o nível local, reforçando a capacidade da Administração Pública e garantindo que a autoridade governativa chega a todo o território angolano.

Desse modo, o MAT deverá assumir-se como a advogada essencial para o cumprimento das políticas e estratégias do Executivo e dos programas dos Ministérios que o integram e facilitar como o garante do completo entendimento entre o Governo e o Cidadão no compromisso com a construção de uma melhor Administração Pública e de um país melhor para os angolanos.

É com estes desígnios que surge o PLANEAT — Plano Nacional Estratégico da Administração do Território para o período 2015-2025.



Conselho de Governação Local ⁶

ARTIGO 3.º (Natureza)

ARTIGO 3.º (Natureza)

O Conselho de Governação Local é o órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação e acompanhamento da execução das políticas de governação da Administração do Estado a nível local.

ARTIGO 4.º (Competências)

ARTIGO 4.º (Competências)

O Conselho de Governação Local tem as seguintes competências:

- a) Contribuir na formulação e acompanhamento da execução das políticas de governação local;
- b) Apreçar as questões relativas à organização político-administrativa do Estado a nível local;
- c) Apreçar e acompanhar a implementação de projectos estratégicos desenvolvidos localmente;
- d) Apreçar as propostas de orçamento dos Governos Provinciais;
- e) Apreçar e acompanhar a implementação dos Planos Anuais dos Governos Provinciais;
- f) Propor medidas e mecanismos de concertação entre os órgãos da Administração Central e os órgãos da Administração Local do Estado;
- g) Acompanhar a execução das políticas de combate às assimetrias regionais;
- h) Garantir a articulação institucional entre os órgãos da Administração Central e os órgãos da Administração Local do Estado;

- i) Apreçar e pronunciar-se sobre as propostas para organização da Administração Local;
- j) Conduzir e avaliar a actuação dos Governadores Provinciais na execução das políticas do Executivo ao nível da respectiva Província;
- k) Apreçar e avaliar o relatório trimestral e anual dos Governos Provinciais;
- l) Contribuir na formulação de políticas e avaliar a aplicação de medidas no domínio do aprofundamento da descentralização administrativa e financeira;
- m) Acompanhar o processo de implementação das Autarquias Locais;
- n) Apreçar e pronunciar-se sobre as medidas a executar no domínio da reforma do Estado com influência para a governação local;
- o) Propor medidas que visam a modernização e simplificação administrativa dos procedimentos da Administração Local no âmbito da reforma do Estado;
- p) Apreçar e avaliar o Plano Estratégico da Administração do Território;
- q) Apreçar os demais assuntos que sejam submetidos pelo Presidente da República.

⁶ Fonte: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang148996.pdf>

ARTIGO 5.º (Presidência e Composição)

1. O Conselho de Governação Local é presidido pelo Presidente da República, conjuvado pelo Vice-Presidente da República, e dele fazem parte as seguintes entidades:

- m) Ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social;
- n) Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República;
- o) Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República;
- p) Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado;
- q) Ministro do Interior;
- r) Ministro das Finanças;
- s) Ministro da Economia e Planeamento;
- t) Ministro da Educação;
- u) Ministro da Saúde;
- v) Ministro do Ordenamento do Território e Habitação;
- w) Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social;
- x) Ministro da Energia e Águas;
- y) Ministro dos Transportes;
- z) Ministro da Construção e Obras Públicas;
- aa) Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos;
- ab) Ministro do Ambiente;
- ac) Ministro da Agricultura e Florestas;
- ad) Ministro da Acção Social, Família e Promoção da Mulher;
- ae) Governadores Provinciais;
- af) Secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos;
- ag) Secretário do Presidente da República para o Sector Produtivo;
- ah) Secretário do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais;

ai) Secretário do Conselho de Ministros;

- aj) Assessor do Vice-Presidente da República para Governação Local e Autarquias;
- ak) Assessor do Vice-Presidente da República para os Assuntos Jurídicos, de Modernização Administrativa e Inter-câmbio.

2. Participam ainda nas reuniões do Conselho de Governação Local as seguintes entidades:

- a) Director de Gabinete do Vice-Presidente da República;
- b) Secretário de Estado para a Administração do Território;
- c) Secretário de Estado para a Reforma do Estado;
- d) Secretário-Adjunto do Conselho de Ministros.

3. Sempre que necessário podem ser convidadas outras entidades para reuniões do Conselho de Governação Local, nomeadamente:

- a) Até 3 (três) Administradores de Municípios e Cidades, designados pelo Departamento Ministerial responsável pela Administração do Território e Reforma do Estado, ouvido o Fórum dos Municípios e Cidades de Angola;

- b) Representante da Associação de Municípios e Cidades de Angola a designar pelo Departamento Ministerial responsável pela Administração do Território e Reforma do Estado.

4. O Presidente da República pode delegar expressamente ao Vice-Presidente da República a direcção dos trabalhos de uma sessão concreta do Conselho de Governação Local.

ARTIGO 7.º (Natureza das deliberações)

As deliberações do Conselho de Governação Local têm a natureza de parecer não vinculativo.

ARTIGO 11.º (Funcionamento)

1. O Conselho de Governação Local reúne-se semestralmente em sessões ordinárias e extraordinárias convocadas sempre que pelo Presidente da República.

2. Compete ao Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, propor ao Presidente da República com antecedência de 60 (sessenta) dias, as datas para realização das sessões do Conselho de Governação Local.

Fórum dos Municípios e Cidades de Angola

2552

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ries e modelos, a fim de fomentar o uso da via electrónica pelos agentes ou operadores do mercado de seguros, resseguro e fundos de pensões.

ARTIGO 51.º
(Regulamentação)

O presente estatuto deve ser regulamentado pelo Conselho de Administração da ARSEG, no prazo de 90 dias, contado da data da sua publicação.

O Presidente da República, JOSE EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 142/13
de 27 de Setembro

Considerando que a União Africana instituiu o 10 de Agosto como Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, como forma de assinalar a importância dos Governos Locais para a prestação dos serviços essenciais e criação das condições para se melhorarem os índices de desenvolvimento humano e as condições de vida das cidadãos e das comunidades locais;

Considerando, ainda, que a alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Presidencial n.º 156/12, de 29 de Junho, sobre o Regulamento da Lei dos Feriados Nacionais, Locais e Datas de Celebração Nacional consagra, no plano interno, o dia 10 de Agosto - Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, como um evento a ser observado, sem que constitua feriado ou data de celebração nacional, impondo a necessidade da sua comemoração nacional;

Havendo necessidade de se comemorar condignamente esta data, institucionalizando eventos de carácter municipal e dimensão nacional, de modo a conferir dignidade adequada e permitir uma melhor programação e mobilização de recursos apropriados a realização de actividades;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, sob os da Constituição da República de Angola, o seguinte:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais**ARTIGO 1.º**
(Objecto)

São instituídos a Feira dos Municípios e Cidades de Angola e o Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola.

ARTIGO 2.º
(Objectivos)

1. A Feira dos Municípios e Cidades de Angola, abreviadamente designada por FMCA, visa, entre outros, a prossecução dos seguintes objectivos:

- 1) Criar um espaço para a apresentação e exposição do trabalho desenvolvido pelos órgãos da Administração Local;
- 2) Promover a atracção de empresários para investirem nos diferentes municípios e cidades de Angola;

- 3) Divulgar as potencialidades para o desenvolvimento económico e social dos municípios e cidades;

- 4) Promover o intercâmbio entre os municípios e cidades;

- 5) Dar a conhecer os principais aspectos culturais dos municípios e cidades.

2. O Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola visa, entre outros, a prossecução dos seguintes objectivos:

- 1) Criar um espaço permanente de diálogo e debate com os órgãos da Administração Local do Estado;

- 2) Promover o intercâmbio entre os municípios e cidades de Angola;

- 3) Realçar as boas práticas nacionais e internacionais existentes ao nível da Administração Local;

- 4) Proporcionar um espaço para avaliação regular da implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da Reforma da Administração Local.

ARTIGO 3.º**Periodicidade e local de realização**

1. A FMCA tem periodicidade bienal e o Fórum dos Municípios e Cidades de Angola anual, devendo ser realizados no âmbito das actividades comemorativas do dia 10 de Agosto - Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local.

2. A FMCA e o Fórum realizam-se, em regra, na Província de Luanda.

ARTIGO 4.º**Organização**

Ao Ministério da Administração do Território compete organizar a FMCA e o Fórum dos Municípios e Cidades de Angola.

O Ministério da Administração do Território deve elaborar e submeter à aprovação do Titular do Poder Executivo, até 90 dias antes da sua celebração, o programa da FMCA e do Fórum.

ARTIGO 5.º**Participantes**

1. Participam na FMCA e do Fórum, dentre outras, as seguintes entidades:

- 1) Os Governos Provinciais, as Comissões Administrativas das Cidades e das Administrações de Municípios;
- 2) Representantes de Departamentos Ministeriais interessados;
- 3) As empresas públicas e privadas cuja actividade empresarial tem incidência no desenvolvimento das localidades e as convidadas para o efeito;
- 4) Representantes de organizações da sociedade civil;
- 5) Académicos;
- 6) Outros convidados.

#ANGOLA2050

CAPITAL MUNDIAL

DO PIQUENIQUE

PICNIC WORLD CAPITAL

 ANGOLA2050  ANGOLA2050

ANGOLA2050@GMAIL.COM

CAPÍTULO II - ANGOLA 2050

Segundo a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas Habitat III (2016), até 2050, espera-se que a população urbana quase duplique, fazendo da urbanização uma das tendências mais transformadoras do século XXI. As populações, as atividades económicas, interações sociais e culturais, assim como os impactos ambientais e humanitários, estão cada vez mais concentrados nas cidades, trazendo enormes desafios para a sustentabilidade em termos de habitação, infraestrutura, serviços básicos, segurança alimentar, saúde, educação, empregos decentes, segurança e recursos naturais, entre outros. O crescimento demográfico previsto para Angola, em 2050, é de quase 65 milhões de habitantes⁷ e o país precisa de se organizar e de se estruturar em relação a um planeamento de gestão administrativa e urbanística eficaz, bem como a uma gestão territorial estratégica. Uma Angola de um futuro próximo e melhor em vida urbana é a visão retratada neste capítulo.

Angola 2050 é um instrumento de orientação municipal que pretende auxiliar o Conselho de Governação Local (Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 13 de outubro e Despacho Presidencial n.º 36/18, de 9 de fevereiro), no desenvolvimento dos municípios, distritos e comunas, permitindo reduzir as assimetrias existentes. Para tanto, propõe-se o desenvolvimento do planeamento estratégico do território, do planeamento

⁷ Fonte <https://observador.pt/2016/12/22/populacao-angolana-devera-duplicar-ate-2050/>

urbano sustentável e reforçar as condições da gestão territorial, com participação dos principais agentes de desenvolvimento e da população. Nesse sentido, pretende-se que todos os municípios venham a dispor de um Plano de Ordenamento e Desenvolvimento Municipal, articulando as disposições em matéria de organização e planeamento do território, com a definição de estratégias e prioridades das políticas.

Angola 2050 tem em consideração o quadro teórico e metodológico associado ao planeamento estratégico e colaborativo e às teorias de desenvolvimento e como alicerces os planos e programas: ELP Angola 2025, Agenda 2063 da União Africana, Agenda 2030 das Nações Unidas ODS, Nova Agenda Urbana das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).

O projeto Angola 2050 é sustentado no conceito “**2\|TI**” criado pelo autor, que visa um novo conceito no planeamento estratégico do território, a fim de tornar os municípios bons lugares para se Viver, Visitar, Trabalhar e Investir (**2\|TI**). Esses são os grandes pilares do Angola 2050 para se atingir o objetivo de tornar Angola na Capital Mundial do Piquenique.

Com base no conceito de Crono-urbanismo, o “**2\|TI**” pretende mudar o ritmo dos municípios e dar um novo ritmo às cidades. O “**2\|TI**” não pretende ser a solução definitiva dos problemas que criam barreiras ao crescimento e desenvolvimento dos municípios, nem assumir integralmente o modelo de “cidades dos 15 minutos”, do autor Carlos Moreno, mas pretende trazer uma nova maneira de pensar o território.



Administração do Distrito Urbano do Benfica

27/08/2020 · 🌐



O Benfica é meu, é seu e é de todos nós!

Juntos Por Benfica Melhor
Benfica, Distrito Urbano Cultural

Imagem; Armando Flismino Agostinho
Redacção; Óscar Muhongo Ganga
SCS – Secção de Comunicação Social/Benfica



Administração do Distrito Urbano do Benfica

5/08/2019 · 🌐

O Benfica é meu, é seu e é de todos nós!

SCS-BENFICA





2V/TI

2VTI

Viver, Visitar, Trabalhar e Investir

Viver: O verde remete para a natureza, transmite saúde, frescura, equilíbrio e harmonia, pelo que é, frequentemente, usado em lojas e estabelecimentos – principalmente os de saúde – para relaxar os visitantes. Esta cor está, igualmente, relacionada com questões ambientais e com produtos naturais e sustentáveis. Sendo uma cor equilibrada e rejuvenescedora, representa estabilidade e tranquilidade, por isso é aplicada em marcas e produtos de higiene. No universo corporativo, reforça a ideia de ponderação e de coerência.

Visitar: O castanho transmite conceitos associados à seriedade, à natureza, à segurança e à sofisticação. Por ser uma cor quente, neutra e natural, sugere estabilidade e produtos orgânicos. Em tonalidades mais quentes, estimula o apetite refinado e, em tonalidades escuras, torna-se neutra como o preto. Aplica-se em móveis, soalhos, design de interiores e ambientes sofisticados para dar realce à elegância e à confiabilidade dos produtos e dos serviços. No ambiente corporativo, o seu significado, para além de ter a ver com estabelecimentos “gourmet”, está ligado ao comprometimento e à seriedade do empreendimento, na medida em que pode estimular a concentração e a organização.

Trabaha: Da junção do branco com o preto resulta uma outra cor neutra, o cinza. A sua principal utilização é ressaltar as outras cores, em harmonia, mas está associada à tecnologia e ao universo corporativo. Conservadora, mas moderna, formal, sólida, a cor cinza é flexível e agradável, indicando profissionalismo, responsabilidade e conhecimento, pelo que, no mercado tecnológico, representa produtos inovadores e científicos.

Investir: A cor azul costuma ser utilizada no âmbito corporativo, por estar ligada à ideia de produtividade, criando uma atmosfera de paz e de segurança, promovendo a confiança na marca que a ela recorre. Tratando-se do azul-claro, a sensação é de higiene e de frescura, enquanto o azul-escuro mostra poder, indiciando sucesso.

(Fonte: <https://www.evonline.com.br/simbologia-das-cores>)

VIVER

A qualidade de vida de uma população depende das suas condições de existência, do seu acesso a certos bens e serviços económicos e sociais: emprego e renda, educação básica, alimentação adequada, acesso a bons serviços de saúde, saneamento básico, habitação, transporte de boa qualidade etc. Importa ressaltar que o conceito de bem-estar e de qualidade de vida varia de sociedade para sociedade, de acordo com cada cultura.

O lugar onde escolhermos viver deve fazer-nos sentir bem e confortáveis, por isso, para além de transmitir uma sensação de segurança, importa que proporcione igualdade de tratamento para todos, com distribuição equitativa no que diz respeito às oportunidades. Assim, preconiza-se:

- Reforço da consolidação da paz e da democracia e preservação da unidade e da coesão nacional.
- A elaboração do PDM (Plano Diretor Municipal, hoje mais abrangente, Plano de Desenvolvimento Municipal), por parte dos municípios é de extrema importância para a definição da estratégia de desenvolvimento e de ordenamento do território e da política urbana. A implementação do PDM irá permitir que se estabeleça o modelo de organização do território municipal com base na classificação (solos urbanos e rurais) e na qualificação do solo (solos urbanos já urbanizados, urbanizáveis ou afetos à estrutura ecológica; solos rurais de exploração mineira; espaços naturais, agrícolas, florestais ou industriais, se ligados a essas atividades;

e ainda outros que, não podendo classificar-se como urbanos, se destinam a infraestruturas ou outra ocupação compatível). O PDM articula-se com os instrumentos de gestão territorial de âmbito mais alargado (nacional, regional ou intermunicipal), ou seja, integra as condicionantes de ordenamento que já vinculam o município, por exemplo, as áreas de reserva ecológica ou agrícola, as áreas protegidas ou o ordenamento da área costeira.

- Concretização da reforma e modernização do Estado a nível municipal.
- Melhoria da gestão das finanças públicas.
- Reforço do combate ao crime económico, financeiro e à corrupção.
- Melhoria do bem-estar dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.
- Construção e reabilitação de edifícios públicos e equipamentos sociais.
- Comunicação inclusiva, plural e abrangente
- Criação de programas municipais específicos para a erradicação da pobreza extrema em todo o seu território.
- Elaboração de medidas e sistemas municipais de proteção social adequados para todos.
- Políticas municipais que garantam que homens e mulheres tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microcrédito.
- Aumento da resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e redução da exposição e da vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.

- Garantia de uma mobilização significativa de recursos, a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis, para que os municípios possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
- Criação de políticas locais sólidas, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis às questões da igualdade do género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza
- Criação de políticas e programas que permitem acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.
- Fim, a nível municipal, de todas as formas de malnutrição e atenção às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
- Incentivos municipais para duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
- Sistemas municipais sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros

desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

- Criação de uma diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível municipal, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente.
- Aumento do investimento, inclusive através do reforço da cooperação intermunicipal, provincial e internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos municípios.
- Melhoria da assistência médica e medicamentosa às populações.
- Melhoria da saúde materno-infantil e da nutrição.
- Combate às grandes endemias pela abordagem das determinantes da saúde.
- Reforço do sistema de informação sanitária e desenvolvimento da investigação em saúde.
- Reforço da prevenção e do tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool.
- Redução ao máximo, a nível municipal, do número de mortos e feridos, devido a acidentes rodoviários.
- Acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

- Cobertura municipal de saúde, garantindo o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos, de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.
- Aumento substancial do financiamento da saúde, com o recrutamento, a formação, e a fixação do pessoal de saúde nos municípios.
- Desenvolvimento da educação pré-escolar, melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário e do ensino secundário geral.
- Garantia do acesso livre ao ensino primário e secundário, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
- Garantia de que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira fase da infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário.
- Igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade.
- Aumento substancial do número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- Eliminação das disparidades de género na educação e garantia da igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade.
- Garantia de que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, sejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico.

- Garantia de que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para a promoção do desenvolvimento sustentável, no que diz respeito aos estilos de vida, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.
- Intensificação da alfabetização e da educação de Jovens e adultos.
- Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica.
- Promoção da revolução nas qualificações conduzidas pela educação, ciência, tecnologia e inovação.
- Construção e melhoria de instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- Aumento substancial do contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação, municipal, provincial e internacional para a formação de professores.
- Generalização da prática desportiva e melhoria do desporto de rendimento.
- Promoção da prática do desporto escolar.
- Eliminação de todas as formas de discriminação contra todas as mulheres.
- Eliminação de todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- Eliminação de todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.

- Reconhecimento e valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos municipais.
- Aplicação de políticas novas ou existentes para a proteção e a promoção dos direitos da criança.
- Políticas e programas de valorização da família e reforço das competências familiares.
- Garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública dos municípios.
- Realização de reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis municipais e nacionais.
- Aumento do uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- Adoção e fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis.
- Acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.
- Acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade.
- Melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando

despejo e minimizando a libertação de lixo, produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível nacional.

- Aumento substancial da eficiência no uso da água em todos os setores, assegurando as extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
- Gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, mesmo por via da cooperação intermunicipal, provincial e nacional, conforme apropriado.
- Proteção e restauração de ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos.
- Aposta na cooperação internacional e na consciencialização dos municípios para a participação em atividades e programas relacionados com a água e o saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização.
- Apoio no incremento da participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.
- Acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia.
- Aumento substancial da participação de energias renováveis na matriz energética nacional.
- Aumento da taxa municipal de melhoria da eficiência energética.
- Reforço da cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias

renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas.

- Promoção do investimento em infraestruturas de energia e em tecnologias de energia limpa.
- Expansão da infraestrutura domiciliar, pública e modernização da tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para os municípios.
- Crescimento progressivo e sustentável do rendimento da população local mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional e manter de forma sustentável.
- Empoderamento e promoção da inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.
- Garantia da igualdade de oportunidades e redução das desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
- Representação mais forte dos parceiros sociais das administrações municipais, nos processos relacionados com o território.
- Garantia do acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, melhorando as condições nos bairros mais desfavorecidos.
- Acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária, através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade (mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos).

- Modernização e desenvolvimento da atividade de transportes municipais.
- Desenvolvimento e melhoria das infraestruturas de transportes municipais.
- Aumento da urbanização inclusiva e sustentável, bem como das capacidades para o planeamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis.
- Redução do impacto ambiental negativo *per capita* nas cidades, prestando especial atenção na gestão de resíduos municipais.
- Acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Apoio das relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento municipal, provincial e nacional de desenvolvimento.
- Incentivo e apoio às construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.
- Gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
- Redução do desperdício de alimentos *per capita* a nível municipal, de retalho e do consumidor, bem como dos desperdícios de alimentos, ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita.
- Gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e redução significativa da libertação destes para o ar, água e solo, minimizando os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
- Redução substancial da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização “Economia circular”.

- Promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades municipais e nacionais.
- Informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, para os munícipes, em todos os lugares.
- Fortalecimento das capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
- Reforço da resiliência e da capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais.
- Integração de medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais.
- Melhoria da educação, aumento da consciencialização e da capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce, no que respeita às alterações climáticas.
- Promoção de mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e para a gestão eficaz, no que respeita às alterações climáticas e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens e comunidades locais.
- Conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
- Implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travando a deflorestação, restaurando florestas degradadas e aumentando substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível municipal, provincial e nacional.
- Combate à desertificação, restauro da terra e do solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações,

no sentido de se alcançar um mundo neutro, em termos de degradação do solo.

- Conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- Aplicação de medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de *habitat* naturais, travando a perda de biodiversidade, protegendo e evitando a extinção de espécies ameaçadas.
- Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promoção do acesso adequado aos recursos genéticos.
- Aplicação de medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies protegidas da flora e fauna e agir no que respeita tanto à procura, quanto à oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
- Integração dos valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento municipal e nacional, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade.
- Ordenamento do espaço marinho e da saúde do ecossistema.
- Mobilização e aumento significativo, a partir de todas as fontes, dos recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
- Mobilização dos recursos significativos, a partir de todas as fontes, e a todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos municípios para promover a gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
- Reforço do combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais

para encontrar outras oportunidades de subsistência sustentável.

- Promoção do Estado de Direito, ao nível municipal e nacional, e garantia da igualdade de acesso à justiça para todos.
- Tomada de decisões responsáveis, inclusivas, participativas e representativas em todos os níveis municipais.
- Reforço do registo de nascimento e da atribuição do bilhete de identidade aos cidadãos.
- Acesso público à informação e proteção das liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
- Estabelecimento de cidades ideais e assentamentos humanos, onde todas as pessoas possam desfrutar de direitos e oportunidades iguais, assim como de liberdades fundamentais, orientadas pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito ao direito internacional.
- Cumprimento de leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável do território.
- Coesão Territorial.
- Reorientação da abordagem sobre planeamento, financiamento e desenvolvimento dos municípios e assentamentos humanos, reconhecendo o desenvolvimento urbano e territorial sustentável como essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade para todos.
- Adoção de abordagens de desenvolvimento urbano e territorial sustentáveis e integradas, centradas nas pessoas, sensíveis às questões etárias e de género, por meio da implementação de políticas, estratégias, desenvolvimento de capacidades e ações em todos os níveis, com base em catalisadores fundamentais de mudanças, tais como: desenvolvimento e implementação de políticas urbanas no

nível apropriado, inclusive por meio de parcerias locais, nacionais e entre diversos atores, construindo sistemas integrados de cidades e assentamentos humanos e promoção da cooperação entre todos os níveis de governo para permitir alcançar o desenvolvimento urbano integrado sustentável; fortalecimento da gestão urbana, com instituições e mecanismos sólidos que empoderem e incluam atores urbanos, que conferem previsibilidade e coerência aos planos de desenvolvimento urbano para possibilitar a inclusão social, o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável e a proteção do meio ambiente; revigoramento do planeamento e desenho urbano e territorial integrado e de longo prazo, a fim de otimizar a dimensão espacial da forma urbana e consolidar os resultados positivos da urbanização; fomentar estruturas e instrumentos efetivos, inovadores e sustentáveis, que reforcem as finanças municipais e os sistemas fiscais locais para criar, sustentar e compartilhar o valor gerado pelo desenvolvimento urbano sustentável de maneira inclusiva.

- Criação de um continente africano próspero baseado no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável dos municípios.
- Garantia da integridade territorial dos municípios e da segurança dos cidadãos.
- Policiamento de proximidade.
- Aumento da eficiência dos serviços policiais.
- Promoção da vigilância comunitária.
- Promoção da cultura de denúncia.
- Reforço do combate à criminalidade e à delinquência.
- Melhoria da capacidade municipal de prevenção e socorro das populações.
- Melhoria do controlo das fronteiras municipais e da imigração.

Municípios do litoral

- Prevenção e redução significativa da poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
- Gestão sustentável e proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e de medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
- Consciencialização e minimização dos impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
- Aplicação dos regulamentos, efetivamente, no que diz respeito à extração de recursos, ao fim da sobrepesca e da pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e das práticas de pesca destrutivas, e implementação de planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes, no menor período de tempo possível, pelo menos, para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas.
- Conservação das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação municipal e nacional e com base na melhor informação científica disponível.
- Aumento dos benefícios económicos para os municípios, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.
- Aumento do conhecimento científico, desenvolvimento de capacidades de investigação e transferência de tecnologia

marinha, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos municípios.

- Acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e aos mercados.

Administração do Distrito Urbano do Benfica
12/11/2019

BENFICA: RESUMO DE SEIS MESES SOBRE A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO

No âmbito de reestruturação e gestão administrativa para o desenvolvimento das comunidades e o seu bem-estar, face a conjuntura que se vive no País, a Administração do Distrito Urbano do Benfica realizou, de Julho a Dezembro de 2019, algumas acções para melhorias sociais urbanas e vivência dos nossos Municípios:

- 1) Encenamento de mercados a céu aberto (Kwakwari, do Choco, rua do Kifika), os munícipes, comerciantes e clientes, saem a ganhar;
- 2) Horta do Benfica - visa transformar os quintais e terrenos abandonados em hortas, onde permite gerar renda para as famílias e diminuir a delinquência. Estabilidade de pequenos camponeses torna-se realidade, jovens no Distrito encontram alguma ocupação neste sector;
- 3) Mercado Verde - mercado criado para venda de produtos agrícolas produzidos nas Hortas do Benfica e não só, um projecto que satisfaz necessidades de centenas de famílias;
- 4) 10% - é um programa que visa conceder um desconto de 10 por cento no último fim de semana de cada mês em hotéis, restaurantes, bares, pensões e lanchonetes, no Distrito, o cidadão tem privilégios acrescidos;
- 5) Remoção de contentores que comercializavam lubrificantes na via pública, legalidade garantida;
- 6) Dona Xepa Street - rua cultural, onde está localizada a única passeadeira colorida do País, venda de artesanato, artes plásticas e artistas de rua, uma das principais referências culturais do Distrito que se tornou viral nas redes sociais;

7) Reabilitação da Marginal do Benfica, localizada na Praia da Nisha, uma atração turística que já começou a fazer história;

Memorial Ruínas de Cabo Lombo - foi erguido um memorial nas Ruínas de Cabo Lombo, no Bairro Partido, encostas da Marginal do Benfica, em homenagem aos escravos. Foi neste local onde os escravos eram concentrados e depois levados para o Museu da Escravatura para a sua comercialização com destino aos variados continentes;

9) Fiscal Social - campanha que visa o combate ao garimpo de água no Distrito, o munícipe participa na denúncia;

10) Benfica Iluminado - campanha que visa incentivar, a cada morador a iluminar a sua porta, os resultados já são notórios;

11) "Benfica Distrito Urbano Cultural" - Baptismo do Distrito, para devolver a sua essência cultural;

12) Pintura de fachas em todas as vias do Distrito;

13) Vias de acesso- várias portas e vias terciárias de acesso aos mercados Locais, antes intransitáveis, foram reabilitadas garantindo a maior e melhor mobilidade dos munícipes, bem-haja aos nossos parceiros sociais.

Benfica, é arte, é cultura, é turismo, é Talatona, é Luanda, é Angola

Juntos Por Um Benfica Melhor!!!
Benfica, Distrito Urbano Cultural.

SCS-BENFICA





Administração do Distrito Urbano do Benfica

19/10/2019

GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE LUANDA PRESTIGA A INAUGURAÇÃO DOS PROJECTOS SOCIAIS DO DISTRITO URBANO DO BENFICA *HORTO DO BENFICA E MERCADO VERDE*

O Governador Provincial de Luanda, "Dr. Sergio Luther Rescova", prestigiou a inauguração de 2 projectos de carácter Social no Distrito Urbano do Benfica, Município do Talatona.

Fez as honras da casa o Administrador Municipal do Talatona, "Eng. Ermelindo Pereira". Inseridos no âmbito dos festejos do Terceiro Aniversário do município do Talatona, os referidos projectos têm como finalidade o combate à fome e a pobreza, criação de emprego, formação e capacitação de munícipes e a geração de renda para famílias com baixa renda e uma melhor utilização dos espaços abandonados por todo Distrito.

Uma parceria entre a administração do Distrito Urbano representada pelo seu administrador o "Dr Hélio Araújo" e os Proprietários dos terrenos, treinamento do pessoal em parceria com o IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário), criou as condições para a implantação do projecto.

Acto contínuo, foi inaugurado o "Mercado Verde", um espaço onde se pode vender os produtos naturais e orgânicos com qualidade, higiene.

Projecto é uma parceria entre a administração e o munícipe Paulo Costa, residente naquela região.

De seguida procedeu-se uma visita guiada ao projecto de hidroponia, da empresa Hidroponia- Tecnologia Agrícola, instalado no Distrito Urbano do Benfica, que comporta uma estufa, laboratório e uma área de plantação, de iniciativa privada e com tecnologia de ponta.

Estiveram presentes ao acto, representante do Ministro da Agricultura, do IDA, representante do Ministério da Cultura, Director Provincial do comércio, empresários e representantes da Sociedade Civil.

Juntos Por Um Benfica Melhor!!!
Benfica, Distrito Urbano Cultural.

SCS-BENFICA





Edivaldo Van-Dúnem

@edivaldovd

Transformar os nossos monumentos e sítios em marcas de referência pode contribuir para impulsionar o turismo, gerando receitas e promover o patriotismo!

[#focusjovem](#)

[#criatuamarcaevence](#)

VISITAR


Quando se trata de receber visitas, o povo angolano é tido como “hospitaleiro”, ou seja, tem, na sua gênese, “o receber bem o outro”. Aliada à sua gênese, os municípios precisam de preparar os seus territórios para a “hospitalidade urbana”, a fim de poder evidenciar o ato humano exercido em contexto doméstico, público ou profissional, de rececionar, hospedar, alimentar e entreter as pessoas que elegerem os municípios como destinos turísticos. A relação interpessoal desenvolvida na “hospitalidade urbana” acaba por criar um elo social carregado de valores como solidariedade e sociabilidade.

Os visitantes são atraídos para lugares que lhes despertem curiosidade e que lhes assegurem condições de alojamento, de restauração e de apoio organizado nas diversas atividades de âmbito turístico. Se um turista for bem acolhido em determinado território, voltará mais vezes e partilhará as suas boas experiências e vivências com os amigos e familiares. Paralelamente, importa que os municípios, para além de se organizarem para proporcionarem boas estadias, promovam os seus territórios, divulgando e realçando as suas especificidades diferenciadoras mais atrativas. Assim, preconiza-se:

- Projetar o futuro dos municípios como possíveis destinos turísticos.
- Tornar o cidadão local no centro da estratégia do desenvolvimento turístico.
- Focar as ações turísticas para as pessoas.

- Valorizar o território e as comunidades para atrair visitantes.
- Promover o turismo, cultural, gastronómico, de natureza e de aventura.
- Elaborar estratégias de comunicação e de promoção dos municípios como destinos turísticos.
- Elaborar um plano de *marketing* turístico municipal.
- Comunicar os pontos de interesse turístico dos municípios.
- Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais.
- Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural dos municípios.
- Promover a identidade cultural local, do país e do continente, como atração turística.
- Valorizar e dinamizar o património histórico e cultural, como atrações turísticas.
- Fomentar a arte e as indústrias culturais e criativas.
- Promover o desenvolvimento hoteleiro e os serviços de restauração.
- Aprofundar as condições de eficiência do sistema turístico dos municípios nos domínios técnico, organizacional e regulatório.
- Reforçar as condições de apoio e suporte ao turismo e ao recreio qualificado por parte das infraestruturas e serviços externos ao setor.
- Reforçar o desenvolvimento, a diversificação, a qualificação e a diferenciação de oferta turística e recreativa dos municípios.
- Fomentar a visibilidade externa dos municípios, enquanto territórios de lazer, bem como da procura turística e recreativa qualificada.
- Tornar os municípios cidades atrativas para se visitar.

- Desenvolver sistemas de mobilidade e de acessibilidade turística dos municípios.
- Criar um sistema integrado de transporte municipal.
- Diversificar e melhorar os recursos turísticos existentes, investindo em novas ofertas capazes de atrair novos visitantes.
- Promover a conservação do património (arqueológico, cultural, gastronómico, natural) e a revitalização das tradições locais.
- Diminuir a sazonalidade, criando motivos de visita capazes de atrair visitantes, durante todo o ano, e aumentar o período médio de permanência dos visitantes.
- Promover parcerias entre os agentes turísticos dos municípios.
- Maximizar as receitas do turismo dentro dos municípios, através de uma oferta de qualidade, sustentável no longo prazo.



Administração do Distrito Urbano do Benfica

14/10/2019

BENFICA: MONUMENTAL "RUINAS DO CABO LOMBO" SOBRE A ESCRAVATURA APRESENTADO AO PÚBLICO.

A rua da Marginal do Benfica, acesso à Praia da Nicha, foi pequena para acolher mais de duas centenas de munícipes que, na manhã de sábado 12, ali se deslocaram para assistir à apresentação do Memorial "Ruínas do Cabo Lombo", localizado no Bairro Partido, Distrito Urbano do Benfica, em Luanda, onde estiveram presentes membros da sociedade civil, como entidades eclesiais, tradicionais, governantes, académicos e outros.

O acto solene coube ao Administrador do Município de Talatona, Emelindo Pereira, coadjuvado do Administrador do Distrito Urbano do Benfica, Hélio Aragão, para quem a construção do emblemático Memorial visa "o resgate e preservação histórica dos nossos antepassados que transitaram pela Praia da Nicha" que servia de portão ao tráfico de escravos colonial numo ao Museu da Escravatura, por volta do século XVII e XVIII.

O Memorial foi construído à entrada da Marginal como uma das formas para despertar a atenção de turistas e estimular outros interesses aos visitantes.

Para o Director da Cultura do Município de Talatona, Jhony Belas, a iniciativa do Distrito é louvável uma vez que a vida começa-se a fazer nos municípios, tem de haver uma iniciativa de base em prol dos munícipes, "É um ponta pé de saída para resguardar o local que poderia ter sido aproveitado para outros fins. As pessoas vão poder saber se realmente aqui os escravos passaram, como passaram e porque foi escolhido este local", declarações do director cultural.

Uma iniciativa da Administração Local, que contou com o apoio de instituições privadas tais como a Empresa HIROPODI, ESCRAVO DO LAZER, ASSOCIAÇÃO GUETO LIMPO e o Empresário Cláudio Matilde. Estiveram presentes na cerimónia, Bispo auxiliar de Luanda, Dom Anastácio Cahango, Soba do Benfica Agostinho Paulo.

Juntos Por Um Benfica Melhor!!!
Benfica, Distrito Urbano Cultural.

SCS-BENFICA



Administração do Distrito Urbano do Benfica 24/06/2020

"Passadeira Colorida", o lugar eleito por Gilmário Vemba, ex-integrante do grupo de humor angolano, "Tuneza" para posar foto de seu perfil nas redes sociais. A primeira e única "Passadeira Colorida" em Angola está no Bairro Cabolombo, Distrito Urbano do Benfica, Município de Talatona, Província de Luanda.

É arte que da cor a vida é ser artista, é um verdadeiro privilégio 🤔👉 #mr_filadagodaaa



Administração do Distrito Urbano do Benfica 17/02/2020

" Transformar o Distrito Urbano do Benfica numa referência de modernidade cultural e de boa convivência social..."

By José Rodrigues (Jornalista e realizador do programa Café da Manhã da LAC).

Juntos por Um Benfica Melhor!!!
Benfica, Distrito Urbano Cultural.

SCS - Secção de Comuninação social/Benfica



TRABALHAR

As funções denominadas de urbanísticas são as quatro sistematizadas e definidas na Carta de Atenas de 2003: trabalho, habitação, recreação e circulação. No novo contexto, as terminologias “recreação” passa a ser denominada de lazer e “circulação” é substituída por mobilidade urbana, pela amplitude concetual dos novos termos.


O trabalho, o ambiente de trabalho, a indústria, o comércio e os serviços são atividades fundamentais para a sustentabilidade económica dos municípios. Sem a possibilidade de trabalho que mantenha a cidade viva e a funcionar, ela deixa de ser atrativa e pode desaparecer. Portanto, o trabalho será sempre uma função primordial da vida urbana. A forma como o trabalho se organiza e é distribuído no ambiente urbano pode mudar de tempos em tempos.

A nova Carta de Atenas de 2003 estabelece que as cidades devem ser produtivas e potenciar a competitividade, gerando postos de trabalho e pequenos negócios, fortalecendo a economia local, e melhorando o nível dos cidadãos através da educação e da formação profissional. Ainda segundo a nova Carta de Atenas de 2003, as cidades devem ser inovadoras, utilizando tecnologias de informação e comunicação, e permitir o acesso dessas tecnologias a todos. Desta forma, desenvolvem-se redes policêntricas, cidades multifacetárias comprometidas com os processos de governo e gestão.

O trabalho é a melhor riqueza de um povo, por isso revela-se extremamente vantajoso que todos possam ser ajudados e orientados, no sentido de contribuírem para o desenvolvimento dos territórios, ao mesmo tempo que se consciencializam de que o empreendedorismo deve ser acompanhado pela qualificação pessoal, traduzida num aumento da taxa de empregabilidade, com remuneração compatível. Assim, preconiza-se:

- Expansão do capital humano e criação de oportunidades de emprego qualificado e remunerador.
- Reversão da economia informal municipal.
- Participação na sustentabilidade do crescimento económico *per capita*, de acordo com as circunstâncias nacionais.
- Melhoria da organização e das condições de trabalho.
- Evolução para níveis mais elevados de produtividade da economia nacional, através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva.
- Promoção de políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.
- Melhoria progressiva da eficiência dos recursos municipais no consumo e na produção, e empenho em dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança.

- Emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
- Redução substancial da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
- Aplicação de medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.
- Proteção dos direitos do trabalho e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular, as mulheres migrantes, e pessoas com empregos precários.
- Fortalecimento da capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos os territórios municipais.
- Desenvolvimento e operacionalização da estratégia municipal para maior abrangência do Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).
- Adoção de políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, a fim de alcançar, progressivamente, uma maior igualdade.
- Redução substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas.
- Desenvolvimentos de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis.



Administração do Distrito Urbano do Benfica

20/04/2020

...

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TALATONA

Administração do Distrito Urbano do Benfica

ADMINISTRAÇÃO LANÇA APLICATIVO PARA CONSULTA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Chama-se "Chat-Bot", uma aplicação instalada nas plataformas digitais da Administração do Distrito Urbano do Benfica, município de Talatona, que permite prestar serviços de qualidade, de forma imediata e acessível ao munícipe, de qualquer ponto e hora.

A Administração do Distrito Urbano do Benfica está a seguir, também, o caminho da inovação e usar a tecnologia para melhor servir o cidadão, salvaguardando a eficiência que se pretende nos dias de hoje a nível da máquina do Estado.

Informações disponíveis no "Chat-Bot" do Benfica No "Bot" do Benfica encontra-se informações relacionadas a actividades da Administração Distrital:

- Horário de funcionamento;
- Emolumentos e taxas/Custos relacionados aos serviços prestado pelo Distrito;
- Procedimentos e requisitos para determinados processos, como obtenção de licença de construção e pecuária;
- Obtenção de certificação de pequenos comerciantes;
- Procedimentos para utilização da praia;

Contatos e informações sobre as comissões de moradores e seus representantes;

Temos também factos sobre o Benfica (história, população...) constituição da nossa equipa e muito mais.

Uma nova forma prática e moderna de interagir com a Administração do Distrito Urbano do Benfica.

O objectivo desta aplicativo é de aproximar a Administração do Distrito Urbano do Benfica ao cidadão, disponibilizar suporte, atendimento imediato 24 horas ao dia e de qualidade aos munícipes cidadãos em geral, ao mesmo tempo que, reduzimos a afluência de utentes e deslocações desnecessárias do cidadão, especialmente neste contexto actual de restrições, face a pandemia da COVID-19.

Esta plataforma é dinâmica, pelo que com o tempo a Administração disponibilizará acesso a muitos outros serviços e informações e eventualmente integração com sistemas de pagamentos que permitirão ao cidadão efectuar pagamentos de serviços ao Estado.

Juntos Por Um Benfica Melhor
Benfica, Distrito Urbano Cultural...

Imagem: Armando Filismino Agostinho
Redacção: Óscar Ganga
SCS – Secção de Comunicação Social/Benfica



Administração do Distrito Urbano do Benfica

11/05

Começar

Olá e bem-vindo(a) à Administração do Distrito Urbano do Benfica!

Este é o Bot Benfica, para uma melhor interação clique apenas nas opções que lhe apresentamos.



Benfica

Município de Talatona

O município é a nossa prioridade.





Administração do Distrito Urbano do Benfica

24/09/2020

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TALATONA

Administração do Distrito Urbano do Benfica

MAIS DE 100 EX-MILITARES E JOVENS CARENCIADOS TERMINARAM "COM SUCESSO" FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DE COMBATE À POBREZA.

Pelo menos 150 formandos, entre ex-militares (antigos combatente e veteranos da pátria) e jovens afectos às famílias "vulneráveis" (localizados no Benfica) terminaram ontem, quarta-feira, 23, os cursos de Decoração e Arte, Canalização e Electricidade, no Distrito Urbano do Benfica, Município de Talatona. Em Luanda.

O acto de encerramento do curso intensivo, que durou 15 dias, teve lugar na escola "África Ensiná", bairro Cabolombo, procedido pelo Director da Acção Social, Arregos Combatentes e Veteranos da Pátria do Município de Talatona, Hélder Neto, em representação do Administrador Municipal, Ermelindo Pereira.

Para o responsável municipal da Acção Social, os recém-formados estão preparados para o mercado de trabalho ou criarem iniciativas próprias para desenvolverem serviços como fonte de subsistência, sendo que o curso enquadra-se no âmbito do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza" (PIDLCP), explicou o director Hélder Neto, a quem coube também à entrega simbólica de certificados de fim do curso.

Para Glória Jacinto, a única menina, entre muitos rapazes, no curso de canalização, a iniciativa da Administração do Benfica é louvável nesta fase que as aulas estão suspensas, sobretudo por beneficiar jovens locais que doravante vão poder criar serviços próprios ou enfrentar o mercado de trabalho com alguma capacidade profissional. "É uma iniciativa de lutar pela Administração do Benfica nos dar esta oportunidade de fazermos esta formação, que nos habilita para o mercado de trabalho", agradeceu a jovem.

Enquanto que Isménio Nikuta, formado em electricidade, disse ter criado um grupo de cinco colegas da mesma área de formação para juntos desenvolverem serviços. "Já temos um projecto de cinco colegas para trabalharmos juntos e desenvolvermos uma pequena empresa de prestação de serviços no ramo da electricidade", disse.

O único rapaz, entre várias meninas, da turma de decoração e arte, Joaquim da Costa, disse ter uma iniciativa planificada para prestação de serviços na área em que se formou, uma vez que, segundo alega, tem alguns membros na sua família que fazem o mesmo trabalho há muitos anos, a quem se inspirou para aderir ao curso. "Tenho irmãos que já fazem decoração e arte para alguns eventos por isso aderi e gosto de o fazer. Tenho alguns planos nesta área para prestar serviços a pessoas interessadas", garantiu.

A acção de formação teve início no dia 25 de Agosto sob responsabilidade do "Centro de Formação Profissional Luwawango", no Instituto Médio de Gestão Moleleira e Turismo (IMGHT-FS), no bairro Cabolombo, Benfica, para beneficiar 70 por cento de ex-militares e 30 por cento de famílias carenciadas, cujo acto de abertura, a data de amanhecer, coube ao Administrador de Talatona, Ermelindo Pereira.

O acto de encerramento do curso foi testemunhado pelo Administrador do Benfica, Hélio Aragão, Administradores-adjuntos para áreas social e serviços comunitários, Moisés Francisco e José Macuanda, respectivamente, responsáveis do colégio que ministrou o curso, entre outras entidades administrativas locais.

Juntos Por Um Benfica Melhor
Benfica, Distrito Urbano Cultural.

Imagem: Armando Filismino Agostinho
Redacção: Óscar Ganga
SCS - Secção de Comunicação Social/Benfica



INVESTIR

No mundo em geral, Angola, em particular, cada vez mais são crescentes a importância e a busca de investimento privado e estrangeiro para desenvolver a sua economia nacional, provincial e municipal. Economias de todo o Mundo competem entre si para se tornarem no país de localização apetecível para a atracção de grandes projetos, recorrendo, frequentemente, ao uso de incentivos ao investimento (designadamente financeiros, fiscais, regulatórios, além da categoria de incentivos relacionados com a informação, *business intelligence* e prestação de serviços técnicos) para se destacar dos restantes concorrentes. Muitos governos, em vários níveis de jurisdição (nacional, regional e municipal) optam, igualmente, por promoverem os seus territórios, criando, para este efeito, agências de promoção de investimento, como é o caso da AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações, em Angola, e o incentivo para o surgimento de associações empresariais para ajudarem na redução do desemprego, no aumento das exportações e da produtividade, com maior inovação, que irá permitir elevar a estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhorar o nível de vida das populações.

Angola tem muitas oportunidades para oferecer aos investidores, basta implementar algumas políticas de desenvolvimento de infraestruturas e de incentivo à modernização e à investigação para que os resultados possam ser visíveis. Todavia, qualquer plano de promoção dos territórios deve ser acompanhado de uma estratégia de marketing territorial, no sentido de promover

uma divulgação alargada, eficaz e moderna, junto de putativos investidores, de modo que eles se sintam atraídos. Assim, preconiza-se:

- Melhoria do ambiente de negócios e de concorrência.
- Melhoria da competitividade e da produtividade.
- Melhoria do sistema municipal de qualidade.
- Promoção da inovação e transferência de tecnologia.
- Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações.
- Fomento da produção agrícola e pecuária.
- Fomento da exploração e da gestão sustentável de recursos Florestais.
- Exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e do Sal.
- Desenvolvimento da aquicultura sustentável.
- Desenvolvimento e modernização das atividades geológico-mineiras
- Edificação de uma economia municipal diversificada, competitiva, inclusiva e sustentável.
- Desenvolvimento de infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas intermunicipais e provinciais, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e nos preços acessíveis para todos.
- Promoção da industrialização municipal inclusiva e sustentável e aumento significativo da participação da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais.
- Aumento do acesso das pequenas indústrias e outras empresas, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados.

- Modernização das infraestruturas e promoção da reabilitação das indústrias para as tornar sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos.
- Fortalecimento da investigação científica e melhoria das capacidades tecnológicas de setores industriais municipais.
- Incentivo à inovação e aumento substancial do número de trabalhadores na área de investigação.
- Desenvolvimento de infraestruturas municipais sustentáveis e resilientes.
- Incentivo e apoio ao desenvolvimento tecnológico, à investigação e à inovação municipal, garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às matérias-primas.
- Incentivo às empresas, especialmente as de grande dimensão, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade.
- Fortalecimento da mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional, para melhorar a capacidade municipal de cobrança de impostos e outras fontes de receita.
- Adoção e implementação de regimes de promoção de investimentos para os municípios.
- Promoção de um sistema multimunicipal de comércio, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio,
- Incentivo e promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
- Desenvolvimento da logística e da distribuição municipal.

- Desenvolvimento e operacionalização da rede de armazenagem, distribuição e comercialização de bens alimentares.

 **Administração do Distrito Urbano do Benfica** 16/09/2020

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TALATONA

Administração do Distrito Urbano do Benfica

« COMUNICADO »

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES CRIA CONDIÇÕES PARA MICROCRÉDITO AO INVESTIDOR

A Associação dos Empresários e Empreendedores do Distrito Urbano do Benfica (AEEDUB), no âmbito do seu esforço de dinamização da actividade empresarial e comercial do Distrito do Benfica, está a criar condições para junto da Banca Comercial Angolana operacionalizar o acesso ao micro financiamento aos seus membros.

Nesta primeira fase, os esforços concentram-se na disponibilização de linhas de crédito, destinadas à Capital de Giro; Créditos para folha de pagamento de salários e Micro Crédito.

A maturidade de curto prazo de 90/180 dias. Segundo um documento chegado à Secção de Comunicação Social do Benfica, o banco parceiro, já identificado, sugere que os beneficiários (Empresários, Empreendedores e Feirantes), estejam filiados à Associação dos Empresários e Empreendedores do Distrito Urbano do Benfica (AEEDUB).

Todavia, a AEEDUB solicita aos investidores interessados ao projecto a efectuarem as suas inscrições junto da Comissão Instaladora.

A Comissão Instaladora Margarida Silva Assistente Administrativa
Contactos: +244939569286 E-mail: aeedub2020@gmail.com



FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

NOME COMPLETO: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Natural de: _____ Sexo: _____

ENDEREÇO: _____

Rua: _____ Bairro: _____ Município: _____

Teléfono: _____ Telex: _____

B.P. nº: _____

E-mail: _____

Empresa: _____



Administração do Distrito Urbano de Benfica

73 16 0200

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TALATONA

Administração do Distrito Urbano de Benfica

OS MICRO EMPREENDEDORES DO BENFICA PODERÃO SOLICITAR MICROCRÉDITO ATÉ 7 MILHÕES DE KWANZAS AS SOCIEDADES DE MICROCRÉDITO E COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ÂMBITO DA LINHA DE FINANCIAMENTO DO FACRA.

O Administrador do Distrito Urbano de Benfica, Hélio Aragão, encabeçou uma delegação composta por representantes do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e administradores adjuntos, que mantiveram um encontro de trabalho com a classe empresarial e municipais, na manhã de hoje, 15, na sede da Associação dos Empresários e Empreendedores do Distrito Urbano de Benfica (AEEDUB), no bairro Cabolombo, para, dentre outros objectivos, anunciar a abertura de uma linha de microcrédito, até 7 milhões de kwanzas, aos micro-empresários locais.

O Coordenador da Comissão de Reestruturação do FACRA, Teodoro de Jesus Xavier Poulson, fez saber aos empresários e distintos municípios que a linha de microcrédito está disponível, até 7 milhões de kwanzas num prazo máximo de até 24 meses para reembolso do capital concedido.

Teodoro Poulson garantiu, por outro lado, que podem aceder todos os empresários que estejam interessados em iniciar um micro-negócio ou alavancar actividades em micro-negócio já existentes, com prioridade às actividades comerciais nas áreas de "processamento alimentar; logística e distribuição de produtos agroalimentares e de pesca; reciclagem de resíduos sólidos

urbanos; produção cultural e artística, desenvolvimento de Software, e produtos e serviços que constituem a cadeia do agronegócio".

Todavia, os micro-empresários para acederem ao micro-credito, deverão contactar as seguintes instituições habilitadas para o efeito, nomeadamente:

Kixicredito; Multicredito; Fácired; Wilite-Credito; Kif-Credito; Nespecred; Gingared e Cooperafeje.

A ocasião também serviu para uma visita de cortesia, guiada pelo Administrador Hélio Aragão com todos os presentes no encontro no sentido de apresentá-los os principais pontos turísticos, e zonas de maior atratividade comercial ou lazer como o Mercado Verde, um espaço concebido para comercialização de produtos agrícolas produzidos localmente, Marginal do Benfica, cartão postal do Distrito e Ruínas do Cabolombo, um memorial histórico que serviu de ponto de trânsito de escravos para expedição ao estrangeiro.

Juntos Por Um Benfica Melhor.
Distrito Urbano Cultural.

Imagem: Armando Agostinho
Redacção: SCS
SCS - Secção de Comunicação Social/Benfica



CAPÍTULO III - TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os aspetos educativos e instrutivos das viagens foram realçados por Montaigne (1581), Francis Bacon (1612) e Locke (1679), mas foi Alexandre Herculano, Escritor português(1938), quem evidenciou as vantagens que os países podem obter com as visitas de estrangeiros aos seus monumentos.

O conceito de turismo liga-se às atividades das pessoas que, sendo identificadas como visitantes, viajam para um destino fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano, com vários objetivos: lazer, saúde, negócios, educação ou outros (OMT, 2008), mas nunca para exercer uma atividade remunerada no local visitado. Porém, o turismo moderno como o conhecemos surge nos anos 50 do século passado, havendo necessidade de delimitar o seu âmbito, pelo que se procurou uma definição. Tal tarefa reveste-se de muita dificuldade, pois o turismo estabelece relações com muitos setores da atividade humana.

As pessoas deslocam-se para lugares onde existem atrativos que correspondam a uma grande variedade de necessidades que, para serem satisfeitas, implicam bens e serviços como: transporte, alimentação, alojamento, diversão, cuidados de saúde, desporto, entre outros. Esses lugares que atraem os visitantes quer por motivos ligados à natureza, quer por motivos ligados à ação do homem transformam-se em espaços territoriais complexos onde a produção de bens e serviços é assumida por variadas

organizações, empresas e profissões com o objetivo comum de proporcionar experiências e satisfação aos visitantes.

As dinâmicas da sociedade bem como as alterações dos estilos de vida e das relações entre o ser humano e a natureza, além de outros agentes de mudança sociais e culturais, levam a novos tipos de turismo.

Tabela 1 - Tipos de Turismo

Tipos de Turismo
Recreio
Repouso
Cultural
Étnico
Natureza
Desporto
Misto

Fonte: Cunha (2009)

Alguns territórios prestam-se para a construção de projetos turísticos, a partir deles, sem prejuízo das múltiplas dimensões e num compromisso que se fundamenta em conceitos de sustentabilidade e responsabilidade, zelosamente alicerçados nas condições de vida das populações e, simultaneamente, na conservação do ambiente, bem como na valorização das culturas locais e na promoção de um espírito de tolerância e diálogo intercultural (Brito-Henriques, 2010).

As práticas ligadas ao turismo especializado ligam-se a um processo de segmentação, segundo diversas variáveis geográficas, demográficas e socioculturais, que revelam a influência de características individuais e de fatores culturais e sociais. É irrefragável que a valorização das paisagens e dos territórios que a elas correspondem são suscetíveis de gerar atratividade sobre os turistas. Neste sentido, a dinamização de itinerários, através de estratégias de divulgação que destaquem a qualidade competitiva dos destinos turísticos, em comparação com outros alternativos, pode amplificar e estruturar o desenvolvimento endógeno de uma região. Daí a importância do estabelecimento de uma cooperação entre as redes institucionais e outras entidades, com vista à potenciação e à adequação dos recursos que estimulem a integração, a inovação e a modernização de determinadas valências com potencial para enriquecerem os vários tipos de turismo.

Pelo mundo, encontram-se múltiplos exemplos de como o património material e imaterial pode conferir a um território qualidades suscetíveis de o diferenciarem, colocando-o em patamares de notoriedade semelhantes a muitos outros lugares do planeta que, pela sua ligação a um escritor, a um músico, a um ator, a um político, ou a uma igreja, por exemplo, se tornaram portentosos lugares turísticos, promovendo ciclos de desenvolvimento de importância decisiva para essas regiões ou localidades (Pinto, 2019).

Paralelamente, ao marketing e à comunicação, urge que se apresentem altos índices de aproveitamento dos recursos locais

para efeitos turísticos, maximizando a presença dos visitantes e oferecendo-lhes opções. Assim, os territórios devem alavancar-se no que é a sua identidade e criar com ela produtos distintos e de valor, de modo que o desenvolvimento da região possa ser trabalhado de forma profissional e, conseqüentemente mais eficaz. Por outro lado, o êxito deste processo depende de uma imagem de qualidade e de um plano de comunicação eficiente que, distinguindo o território dos demais, provoque aceitação e crie notoriedade, até porque o perfil do turista atual o revela como informado e pleno conhecedor do que pretende conhecer e visitar.

Em contexto global, verifica-se uma competição desenfreada dos territórios e das regiões por investimentos, visitantes e dinâmicas económicas que façam emergir as suas especialidades, as suas qualidades e os elementos que os distinguem e os tornam únicos, de modo a ganharem projeção. Nesta linha de pensamento, ganha preponderância o marketing territorial, ideia introduzida por Kotler, Haider e Rein (1993), que comparam as cidades a um produto. Assim sendo, justifica-se que a cidade, ou o território, procurem conquistar os apoios internos para conseguirem chegar aos externos, isto é, que se sintam apoiados pelos munícipes, pelos líderes e pelas instituições, no sentido de poderem ser desenhadas estratégias de marketing que ressaltem os recursos turísticos, com base na qualidade das vivências, pois, como afirma Vieira (2007), não é possível haver turismo de qualidade, se o território não for de qualidade.

Aceitando que o elevado grau de competitividade global de uma região no ambiente concorrencial corresponde à melhoria das

condições de vida das populações, o principal objetivo do turismo deve ser, captando receitas, aumentar a prosperidade económica e garantir um melhor nível de vida para as pessoas que lá moram.

Tabela 2 - Fatores de atração de territórios

Fatores de atração dos territórios
Localização e acessibilidade
Emprego
Gastronomia
Património, cultura e história
Segurança e conforto
Clima
Recursos Naturais

Fonte: Pinto (2019)

Só melhorando a atividade económica e reforçando a identidade local é possível afirmar uma região e atrair investidores e visitantes, por isso os recursos a utilizar, os produtos a promover e os planos estratégicos a aplicar têm de ser originais, permitindo a inspiração para novas abordagens, mas nunca a cópia de uns territórios para os outros.

Portugal, por exemplo, aumentou o fluxo turístico, apostando no visitante exigente e informado que procura as belezas naturais, a gastronomia e o património, no qual se inclui o religioso. O espaço territorial reveste-se de tanta importância em si mesmo, na medida em que enquadra as vivências individuais e coletivas, que, quando o espaço turístico não apresenta qualidade para

assegurar esse tipo de vivências, o melhor é optar-se por *resorts* fechados que isolem o turista do espaço envolvente.

Uma aldeia, uma paisagem, um sítio histórico, um ecossistema, um parque, uma estátua, entre muitos outros produtos e realidades, são atributos irreproduzíveis noutra qualquer lugar.

Tabela 3 - Elementos de planeamento estratégico

Elementos de planeamento estratégico
Deve apostar no capital humano, mobilizando as pessoas para um objetivo
Deve ser elaborado pelos executores
Deve ser transparente
Deve constituir um guia para o futuro
Ser proativo
Constituir um olhar coletivo, participado
Deve assumir riscos
Deve estar focalizado numa direção, num caminho e em objetivos futuros
Deve ser criativo e estimulante

Fonte: Pinto (2019)

O potencial de um território não depende exclusivamente da sua localização geográfica, da excecionalidade do seu clima, ou da abundância dos seus recursos naturais, mas também das competências humanas, isto é, da capacidade de conhecer e de interpretar o meio envolvente, de perceber as necessidades e de conceber como será a construção futura do lugar, pressupondo

a elaboração de um plano realista, cujas etapas devem ir sendo submetidas a avaliação, à medida que são executadas.

Devido à sua natureza transversal e incidência em todos os setores da economia, o turismo representa um vetor privilegiado para redução da pobreza e para o crescimento, com vista a atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (17 ODS).

O turismo, como pilar de desenvolvimento económico, poderá representar, para os Países em Desenvolvimento, uma fonte de riqueza e uma das possibilidades viáveis de diversificação da economia. Consciente desta premissa, Angola está já a preparar-se para o futuro e a prova está na realização da Conferência Angola Natour⁸, cuja finalidade é analisar o poder do turismo na redução do nível de pobreza, na preservação da cultura e na criação de empregos nas comunidades.



8 Link para inscrição;
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdTXcrxkgB1HqV9v7hnw5klUi-6UNQ4qBAYhn_B_ddkHah6uxQ/viewform
Info. 926 353 604

VILAS 7 DO PIQUENIQUE

Uma das áreas de aplicação do Marketing, com uma crescente importância para o desenvolvimento dos países, é o Marketing das Cidades (*City Marketing*).

Kotler, Haider & Rein (1993) enfatizam a forma como o marketing ajuda a preparar as cidades para um futuro incerto. De facto, esta preparação torna-se cada vez mais importante, face a uma conjuntura volátil, dadas as constantes influências do meio envolvente e dos efeitos da globalização neste mesmo meio (Kanter, 1995).

Assim, os autores supracitados apresentam uma nova abordagem denominada o marketing estratégico de um local, para a revitalização de aldeias, cidades, regiões e países. Para os autores, o marketing do local é bem-sucedido, quando os contribuintes, cidadãos trabalhadores e empresas, obtêm satisfação da comunidade e quando os seus visitantes, novos negócios e investidores atingem as suas expectativas.

Segundo Kanter (1995), na economia global em que vivemos, as capacidades e potencialidades das cidades não advêm da localização em si, mas da capacidade de operar um dos três ativos intangíveis, os 3 C's: Conceitos, Competências e Conexões. Assim, as cidades competitivas são aquelas que dominam os três ativos intangíveis, que são as novas formas de poder da economia global.

Os 3 C's:

Conceitos – são ideias avançadas, desenhos ou novas formulações para produtos ou serviços que criem valor para os consumidores.

Competências – são a capacidade de traduzir ideias inovadoras em aplicações para o mercado, produzindo-as de acordo com os melhores *standards*, com as melhores práticas.

Conexões – são alianças entre negócios, para alavancar competências centrais, para criar mais valor acrescentado, ou, simplesmente, para permitir o acesso a horizontes mais vastos e para aproveitar a oportunidade da globalização das economias.

As cidades podem transformar-se em locais excelentes de promoção de novas estratégias, ou diferenciar-se por potenciar a sua competência produtiva.

Os gestores de âmbito central e/ou local têm adotado o *city marketing* como uma das novas ferramentas para auxiliar na conceção de estratégias de gestão territorial e urbanística das cidades, permitindo, assim, uma maior e excelente divulgação das suas cidades junto dos turistas e possíveis investidores. Alguns países africanos, asiáticos e europeus são exemplos para uma abordagem de *benchmarking*. Na cidade de Lagos, Nigéria, está em construção o projeto de desenvolvimento urbano denominado *Eko Atlantic City*; temos as famosas *Palm Islands*, ilhas artificiais

na cidade do Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e, no dia 6 de maio de 2022, na cidade de Dijon, no leste da França, foi inaugurada a Cidade Internacional da Gastronomia e do Vinho (CIGV).

Para melhor divulgar o país como Capital Mundial do Piquenique, propõe-se a edificação de 7 vilas turísticas denominadas “**Vilas 7 do Piquenique**”, que visam a criação do “Corredor do Piquenique em Angola” (Vila 7 do Piquenique de Luanda, Vila 7 do Piquenique de Benguela, Vila 7 do Piquenique do Namibe, Vila 7 do Piquenique da Huíla, Vila 7 do Piquenique do Cuanza Sul, Vila 7 do Piquenique do Bengo, Vila 7 do Piquenique do Zaire), com o objetivo de proporcionar aos visitantes experiências turísticas relacionadas com a cultura, com a natureza e com a aventura.

As Vilas 7 do Piquenique são loteamentos urbanos que partem de desenhos de objetos (Microfone, na Província de Luanda; Bola de Futebol, na Província de Benguela; Cruz, na Província da Huíla) e uma planta (*Welwitschia mirabilis*, na Província do Namibe), para a sua criação. Apesar de cada vila possuir as suas especificidades culturais e geográficas, todas contam com o mesmo princípio norteador: a valorização do pedestre e da sua conexão com a natureza. O elemento principal das vilas é o parque central com um miradouro, que possibilita atividades desportivas, culturais, de lazer e de ócio. Corredores verdes conectam toda a vila e levam os pedestres e ciclistas para o parque central, criando passeios sombreados agradáveis como alternativa para as calçadas das vias comuns.

Além de proporcionar sensações de bem-estar e estimular a mobilidade ativa para as pessoas que ali circulam, os corredores auxiliam na drenagem urbana e reduzem a poluição atmosférica e acústica, contribuindo, ainda, para que não sejam formadas ilhas de calor através da redução da temperatura, benefícios importantes para a mitigação das alterações climáticas.

Tendo como inspiração elementos do Plano de Expansão de Barcelona de 1858, conhecido como Plano Cerdà, do engenheiro e urbanista Ildefons Cerdà, as vilas possuem quarteirões generosos com interior vivo, seja por esplanada de comércio, ou por pequenas praças e parques.

Sugere-se que o “Corredor do Piquenique em Angola” seja edificado em duas fases:

Primeira

- Vila 7 do Piquenique de Luanda
- Vila 7 do Piquenique de Benguela
- Vila 7 do Piquenique do Namibe
- Vila 7 do Piquenique da Huíla

Segunda

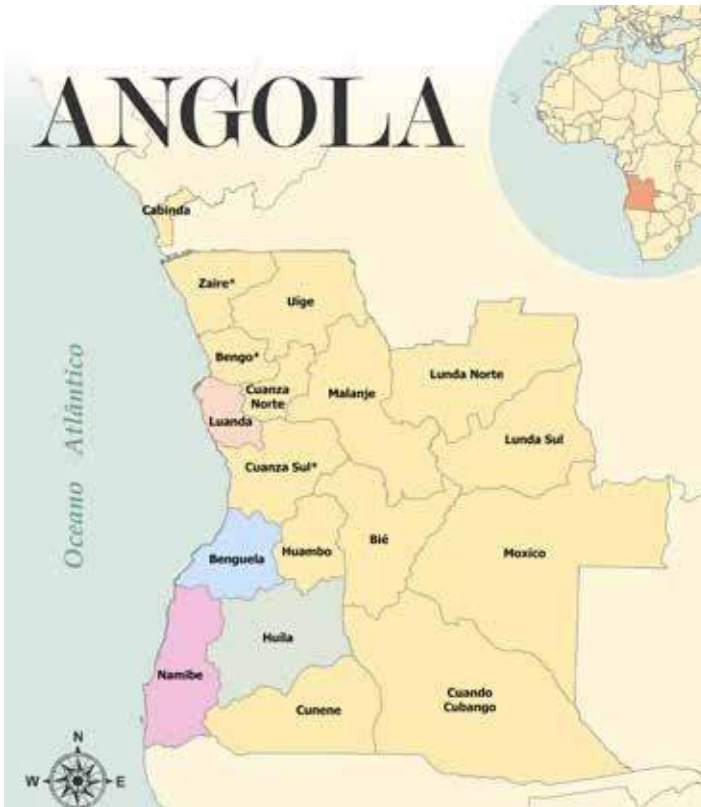
- Vila 7 do Piquenique do Cuanza Sul
- Vila 7 do Piquenique do Bengo
- Vila 7 do Piquenique do Zaire

Consciente de que a corrupção abala os alicerces de qualquer sociedade, em 2017, Angola gizou um Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção, lançando um conjunto de reformas, com vista a combater a corrupção, com carácter estruturante e prioritário.

Tratando-se de um fenómeno universal, com efeitos altamente nocivos para o desenvolvimento socioeconómico de qualquer país, na medida em que mina a confiança dos cidadãos nas instituições, só é possível prevenir e combater a corrupção através de uma abordagem abrangente, integrada, articulada e eficaz.

Os frutos da implementação deste Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção, levado a cabo pelo Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, poderão traduzir-se em interessantes recursos arrecadados e na melhoria dos serviços prestados em Angola, com putativo aproveitamento e canalização para a edificação das Vilas 7 do Piquenique, bem como para o desenvolvimento do turismo a nível nacional, acabando por contemplar todo o território.

Figura 5: Localização das Vilas 7 do Piquenique (Luanda, Benguela, Namibe, Huíla, Cuanza Sul, Bengo e Zaire)



Fonte: HDX, 2020

Vila 7 do Piquenique de Luanda

Contextualização

Luanda, capital da República de Angola, é a menor das dezoito províncias do país, em termos territoriais, com uma extensão de 18 826km², sendo a cidade com maior densidade populacional, aproximadamente 8.000.000 de habitantes (INE 2018). A sua divisão administrativa, conforme a lei nº18/16 de 17 de outubro de 2016, conta com nove (9) municípios (Belas, Cacuaço, Cazenga, Icolo e Bengo, Kilamba Kiaxi, Luanda, Quiçama, Talatona e Viana), quarenta e um (41) distritos e quinze (15) comunas.

Figura 6: Localização, divisão política administrativa e representação de alguns pontos turísticos da Província de Luanda.



Fonte: HDX, 2020.

A província de Luanda está geograficamente localizada na zona ocidental do norte de Angola, sendo banhada, a Oeste, pelo Oceano Atlântico e faz fronteira terrestre, a Norte, com a Província do Bengo, a Este, com a Província do Cuanza-Norte e, a Sul e Sudeste, com a Província do Cuanza-Sul.

Luanda é considerada o centro da emersão da música popular angolana, conforme Jomo Fortunato (Ex Ministro da Cultura, Turismo e Ambiente e historiador da música popular de Angola) referencia nas suas diversas crónicas semanais no Jornal de Angola, maior diário impresso do país. Por esse motivo, a Vila 7 do Piquenique de Luanda teve como base da sua inspiração um MICROFONE, em homenagem aos artistas musicais.

Figura 7: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique de Luanda



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 8: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique de Luanda



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 9: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique de Luanda



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Segundo Jomo Fortunato, nas últimas décadas do controle colonial, Portugal encorajou ativamente a produção e a gravação de música de artistas locais. Na altura, foram criados os Estúdios Valentim de Carvalho, em Luanda, que apenas cessaram a sua

atividade, em 1975. O resultado foi uma mini-indústria que, combinada com a excitação da liberdade que se antevia, viu nascer excelentes músicos e diversos estilos originais entre meados dos anos 60 até à Independência.

A música de Angola foi moldada tanto por um leque abrangente de influências, como pela história política do país. Durante o século XX, Angola foi dividida pela violência e instabilidade política. Os seus músicos foram oprimidos pelas forças governamentais, quer durante o período da colonização portuguesa, quer após a independência. Ao longo dos anos, a música angolana influenciou, também, o Brasil e Cuba.

Refletindo sobre o percurso diacrónico da música angolana, Jomo Fortunato mostra a importância da capital do país, cidade, hoje, com quase 10 milhões de habitantes, sobre o fenómeno histórico musical, considerando-a o berço de diversos estilos como o merengue, kazukuta, kilapanda e semba. Na ilha ao largo da costa de Luanda, nasceu a rebita, um estilo que tem por base o acordeão e a harmónica. Há quem defenda que o próprio fado tem origem em Angola.

O samba, que partilha raízes com a semba (de onde a palavra tem origem, significando *umbigada*), é também predecessora da kizomba e do kuduro. É uma música de características urbanas, que surge, em especial, com o crescimento de Luanda. À volta da capital, criam-se grandes aglomerados populacionais, os “musseques”.

O “musseque” (expressão que em língua nacional kimbundu significa “onde há areia”, por oposição à zona asfaltada) é o espaço de transição entre o universo rural e a cidade.

A vivência quotidiana do musseque é a temática que predomina nas canções destas décadas: o filho desaparecido no mar, a garota de minissaia, o assédio sexual entre o patrão (branco) e a criada (negra), os conflitos conjugais, a infidelidade amorosa, a condição da lavadeira, o feitiço e o enfeitado, o lamento da infância e a concretização da praga anunciada. A primeira partitura conhecida data de 1875. Chama-se “Madya kandimba” e conta a história de um europeu que se perde de amores pela sua empregada africana.

No musseque nascem as turmas, pequenas formações de músicos que tocavam no fim das tardes, ao pôr-do-sol. Os músicos faziam também parte dos grupos de Carnaval. Estas turmas são os embriões da grande maioria dos grupos musicais angolanos que passaram a dominar musicalmente as cidades. Motivados por uma paixão pelos ritmos nacionais, a sua música integrou, muitas vezes, influências de estilos musicais de artistas congolezes e latino-americanos, entre outros.

Em bairros como o Coqueiros, Ingombotas, Bairro Operário, Rangel, e no Marçal, vivia-se um ambiente intimista de preservação das músicas e tradições angolanas, marginalizadas pela dominação colonialista presente na época. O folclore dos musseques (bairros pobres) fascina parte de uma geração de jovens lutadores de famílias humildes e resistentes, que resolve criar o seu próprio estilo musical, afirmando a especificidade da

cultura angolana, numa época muito conturbada. O respeito e a admiração pela música, dança, provérbios e vivência tradicional das gentes, o interesse pela música tradicional e pela cultura suburbana, enquanto divulgação dos usos e costumes da linguagem e cultura angolana, são as linhas mestre das canções desta época. A música era para eles uma forma de lutar sem armas, uma forma de resistência cultural.

Nos anos de 1930, 1940 e 1950 destacou-se o nome de Aurélio de Oliveira Neves, conhecido por Voto Neves, fazendeiro e comerciante de sucesso, que nasceu no dia 1 de dezembro de 1880. Nesse dia, a população foi votar, daí a alcunha “Voto”. Ele foi tesoureiro da câmara municipal de Luanda, músico e poeta, cantava músicas africanas e portuguesas, tocava acordeão, viola, guitarra portuguesa, harmónica e sanfona, lia e conhecia música. Como compositor, destacou-se na composição de um estilo, a rebita, que tinha como base o acordeão e a harmónica. Foi, ainda, professor e estudioso do folclore angolano e do dialeto Kimbundu. Foi um dos fundadores da Liga Nacional Africana e, como mecenas, ajudou os músicos seus pares por quem tinha grande apreço, partilhando com eles os seus conhecimentos musicais.

O primeiro grupo a tornar-se popular, dentro e fora de Angola, foi a Orquestra Os Jovens do Prenda. Chico Montenegro foi um dos fundadores, de onde se destacam também Verry Inácio (percussionista), António do Fumo (vocalista), Zé Keno (guitarrista) e Cangongo (viola-baixo). O grupo foi fundado, em 1966, por jovens residentes na comuna do Prenda, tendo como base instrumentos tradicionais de percussão e um violino.

Fundado nos finais dos anos 60, os África Show foram o primeiro entre os grupos angolanos a introduzir o órgão no seu aparato de instrumentos. Esta alteração foi algo de inédito na época, pois a temática dos grupos não fugia do folclore angolano. O conjunto que nasceu na Associação da D. Filó, no bairro Indígena, município do Rangel, em Luanda, teve como fundador o músico José Massano Júnior e integrava, ainda, Zeca Tirileny, Tony Galvão e Quim Amaral. Nomes como Nito Saraiva, Baião, Zé Keno e Belmiro Carlos, todos solistas, Carlos Aniceto Vieira Dias (também conhecido como Liceu Vieira Dias), Didinho, Raul Tolingas, Vininho e Tinito: Weba, Belita Palma que foi temporariamente vocalista do conjunto, e Teta Lando fizeram, igualmente, parte dos África Show. Embora fundado no bairro Indígena, o Conjunto sempre ensaiou no Marçal, primeiro, em casa de um amigo, e, posteriormente, em casa de Massano Júnior. O conjunto viajou três vezes para Portugal, tendo gravado todos os seus LP pela Valentim de Carvalho, tornando-se, em determinada altura, em conjunto privativo da editora.

África Show acompanhou vários artistas durante a sua vigência. Gravou com artistas como Zé Viola, Urbano de Castro, Óscar Neves, António dos Santos, Quim dos Santos, Elias Dia Kimuezo, Duo Mumulha, entre outros. A sua linha melódica estava mais virada para o lado sentimental, sem descorar a semba.

Os N’Goma Jazz formaram-se em 1964 com Caetano de Lemos, Sebastião Matomona, Mangololo, Domingos Ferreira, Garcia Kapioto, Zé Manuel e Augusto Pedro, tendo sido considerados um dos melhores grupos dos anos 70. Acompanharam, também,

entre outros, Urbano de Castro. São, ainda, referência desta época os grupos Os Kiezos e os N'Gola Ritmos.

Alguns dos cantores destes grupos notabilizaram-se como solistas. Carlos Lamartine iniciou a sua carreira artística, em 1956, como “crooner”, cantando para distintas turmas da capital angolana, até 1958. Foi, posteriormente, percussionista no grupo liderado por Sousa Júnior. Criou a turma “Macocos do Ritmo”, e foi vocalista dos “Águias Reais”. Este último grupo foi um dos primeiros a introduzir os instrumentos de sopro no seu conjunto. Com Barceló de Carvalho (Bonga), outro insigne da música angolana, foi fundado “Os Kissueia”, nos anos 60, no bairro do Marçal. Kissueia é uma palavra kimbundo que se refere à miséria dos bairros pobres.

Os *Kissueia* faziam parte dos músicos nacionalistas que cantavam a mensagem sobre a necessidade de se conseguir a independência. Contavam com o apoio do povo e muitos sofreram perseguições e represálias do sistema vigente. Nos cantores de intervenção, merecem ainda destaque os casos de Belita Palma, Minguito, Artur Nunes, Luís Visconde, Sofia Rosa, Mestre Geraldo e Maestro Liceu Vieira Dias (Carlos Aniceto Vieira Dias), entre outros.

O Maestro Liceu Vieira Dias é considerado o pai da música popular angolana. Numa base de violas acústicas, introduz a dikanza (reco reco) e as ng'omas (tambores de conga) nas suas canções. O seu som torna-se popular na década de 50, nas áreas urbanas, onde a audiência é favorável à sua mensagem politizada e aos primeiros pensamentos nacionalistas.

Mário Silva, vocalista da Banda Kissanguela, foi autor de canções de referência no anos 50, 60 e 70, com dois singles editados, em 1973: “Maza” e “Bossa do Violão”. Foi contemporâneo de Santos Júnior, Artur Adriano e Filipe Mukenga.

Artur Adriano teve em “Belita” a maior referência do seu repertório. “Kalumba” é também um clássico. Artur Adriano compôs músicas em que exaltou a beleza feminina, ocorrências do quotidiano do musseque, num processo de integração musical consubstanciado nos valores da cultura nacional.

Mário Rui Silva aprendeu a gostar de jazz com o pai, que foi também responsável pela influência da irmã Ana Paula. Um amigo violinista, Tomás, leva-lhe uma banda magnética com a célebre música “Luanda”, de Eleutério Sanches, e aguça-lhe o gosto pela música angolana. Os dois irmãos, com o amigo Totota, formam os “Twists” e mais tarde os “Jovens”. Por volta de 1968, trava conhecimento com Fausto e com os poemas musicados de autores angolanos, que lhe servem de inspiração. Adere a tudo o que diga respeito à luta pela independência. Óscar Ribas, seu vizinho, oferece-lhe o livro de sua autoria – “Izomba” – que se torna uma bíblia para Mário Rui Silva. Conhece Liceu Vieira Dias, com quem trava grande amizade, e tocam juntos com frequência, em casa do Mestre, trocando ideias sobre os acordes dissonantes de que Mário fazia uso. É Liceu Vieira Dias que motiva Mário Rui Silva a estudar o violão comum, as músicas populares do seu tempo e as suas origens.

Sofia Rosa nasceu no Ambriz, província do Bengo e viveu no bairro da Samba, em Luanda. Em 1963, integra como cantor o

agrupamento Teatral Ngongo, fundado por José de Oliveira Fontes Pereira. Participa numa digressão do grupo a Portugal e grava para a televisão. O seu primeiro “single” foi gravado, em 1970, seguindo-se depois sete, todos pela Valentim de Carvalho. Sofia Rosa foi um dos melhores criadores e intérpretes da música em língua nacional kimbundu, traduzindo o pulsar da vida da gente pobre. No tema “kalumba”, louva a beleza da mulher.

O dia a dia, as lamúrias proferidas pelas gentes das sanzalas, bairros e musseques, o sentimento do amor e da perseverança estão contidos nos seus trechos que transportam o público para o mundo da saudade nas aguarelas angolanas, dia do trabalhador, kutonocas, farras onde Sofia Rosa arrastava multidões. Ele esteve também vinculado aos Corvos, mas todo o seu talento artístico veio à tona com “Os Astros” com quem gravou “Kalumba” e “Ngue Xile Ku Tunda Bu Sambila”. O artista morreu, em 1975.

Elias diá Kimuezo é o Rei da Música Angolana. Nasceu no Bairro Marçal, com o nome de Elias José Francisco, no dia 2 de janeiro de 1936. Aos 7 anos de idade, torna-se órfão, facto que o obriga, mais tarde, aos 12 anos, a ir viver em casa da avó, no Bairro Sambizanga, onde aprende a comunicar-se de forma fluente, na sua língua materna, o kimbundo. A sua constante frequência no Samba Kimúngua, na zona do Bungo, em Luanda, onde residiam vários operários do Porto e dos Caminhos de Ferro que tocavam e dançavam o Kinganje, fez com que descobrisse, aos 15 anos de idade, a sua vocação artística, que o leva a integrar-se na Turma do Margoso, como vocalista principal e tocador de bate-bate. Dois anos mais tarde, muda-se para o agrupamento Os Kizombas, que, naquela altura, tocava nas farras

do Salão Malanjinho, no Bairro do Sambizanga. Com o tempo, foi-se aprimorando na arte de cantar, tornando-se cada vez mais conhecido.

Em 1969, surge o Festival Folclórico das províncias portuguesas, a ter lugar em Portugal, e o mesmo é convidado, para, com o Grupo de Rebita do Mestre Geraldo e Os Marimbeiros de Duque de Bragança, oriundos de Malanje, representar a Província de Angola. O seu desempenho artístico, como o dos restantes artistas, mereceu elevados elogios da crítica e dos analistas culturais locais, pelo que lhe foi colocada a proposta, prontamente aceite, de gravar 2 “singles” para a editora Valentim de Carvalho. Foram então feitas as respetivas gravações, “Mualunga”, “Ressurreição”, “Muenhu Ua Muto” e “Zum-Zum”, que tiveram as participações de Barceló de Carvalho (Bonga), Rui Mingas, Teta Lando e dos Marimbeiros de Duque de Bragança. O lançamento das obras, com muita pompa e circunstância, teve lugar no Cine-Restauração, um dos cinemas mais chiques de Luanda. O sucesso crescia dia após dia e, em face disso, Elias diá Kimuezu é galardoado com o título de “Melhor Intérprete da Canção Angolana”. Este prémio era atribuído, anualmente, aos artistas que se destacavam na Província de Angola, pelo CITA-Centro de Informação e Turismo de Angola.

Em 1972, em compensação pelo seu abnegado trabalho em prol da música, recebe uma estatueta referente aos “11 mais da cidade de Luanda”, que premiava as 11 figuras mais destacadas nas diversas áreas profissionais e sociais na cidade de Luanda. No ano de 1974, fruto do intenso trabalho de mobilização, é novamente preso com seu irmão mais novo “Chico Sucia” e remetidos, de imediato, para “São Nicolau” – Campo I das Salinas, caserna III, donde saíram após

clarificação do processo de descolonização e o Sistema ser obrigado a tratar da libertação de todos os presos, principalmente os do foro político. Aquando da criação do Agrupamento “Kissanguela”, por Mário Silva, foi Elias diá Kimuezo quem sugeriu o nome do mesmo, tendo em conta o momento que se vivia e o trabalho que se pretendia que o Agrupamento produzisse. Desde os meados da década de 60 que Elias diá Kimuezo, pela qualidade do seu trabalho e a constância do seu desempenho, foi considerado como “O Rei da Música Angolana”.⁹



Roteiro turístico para a Baixa de Luanda

O Turismo organizado é consolidado no século XX, com o desenvolvimento da atividade turística como um negócio. O surgimento da viagem organizada e do conceito de pacote turístico, do cooperativismo entre empresas e entre os outros componentes da cadeia produtiva é atribuído a Thomas Cook, considerado, na literatura específica da área, como o pai do turismo moderno (Rejowski, 2002).

9 Fonte: https://pt.everybodywiki.com/História_da_música_popular_angolana

No contexto das viagens organizadas, os roteiros turísticos podem contribuir para diversificar a oferta turística e, conseqüentemente, para gerar oportunidades de negócios. Para tanto, é preciso ultrapassar uma visão isolada de cada setor para uma visão estratégica que contemple a integração e o ordenamento de arranjos produtivos locais e regionais. Nesse sentido, novas posturas devem ser assumidas no relacionamento entre os setores público e privado. Tais posturas devem estar voltadas para um trabalho articulado na formação de produtos turísticos, dentro de um espaço territorial homogêneo, evidenciando características culturais, socioeconômicas e ambientais das localidades e regiões.

Os roteiros turísticos evidenciam-se, segundo Tavares (2002, p.14), “como importante ferramenta para a leitura da realidade e da situação sociocultural existente na localidade, capaz de mostrar a história da localidade, a cultura e a alma do lugar”.

O roteiro turístico consiste em “um processo de ordenação de elementos intervenientes em uma viagem tendo por objetivo a sincronização espaço-tempo e bens-serviços” (Bahl, 2004, p. 31). O espaço-tempo refere-se ao espaço geográfico percorrido e ao seu tempo de duração. Já a organização e a adequação dos serviços de transportes, de hospedagem, de alimentação e a sincronização dos equipamentos, serviços e atrativos são fundamentais para a formação do produto.

Para Tavares (2002), o Turismo não é realizado a partir de visitas aos atrativos de forma isolada, mas sim pela visita de atrativos

articulados inseridos num contexto mais abrangente, considerando conteúdos histórico-culturais, geográficos e ambientais. Os roteiros turísticos necessitam de ser reconhecidos não como um simples itinerário de visita aos atrativos, mas compreendidos dentro de um ambiente de maior complexidade. Assim sendo, pode resumir-se a importância dos roteiros como uma forma de ordenação e de utilização da oferta turística, de contextualizar os atrativos, conferindo-lhes sentido cultural, histórico ou natural, dependendo das características e das peculiaridades de cada localidade ou região.

Pelo grau de importância que os roteiros têm ao contribuírem para a diversificação de destinos turísticos e para a orientação dos fluxos turísticos, sugere-se a criação do Roteiro Turístico para a Baixa de Luanda, denominado “Roteiro da Baixa”, que visa contextualizar os atrativos históricos, culturais, socioeconómicos e ambientais existentes e aumentar o seu potencial de atratividade bem como, a “alma da cidade de Luanda”.

Figura 10: Baixa (centro) da Província de Luanda.



Foto: Observador.pt

Roteiro da Baixa

Figura 11: Proposta de Bus Tour



Fonte: Adriano Chandama

A contextualização dos atrativos históricos, culturais, ambientais e socioeconômicas existentes na baixa de Luanda é o que compõe a base do RB, contribuindo para aumentar o seu potencial de atratividade, no sentido de capitalizar melhor a “alma da cidade capital”. Nesta linha de pensamento, propõem-se os seguintes pontos de interesse turístico para o roteiro:



Embarque - Porto de Luanda

Banco Nacional de Angola “BNA”

Monumento do Soldado Desconhecido

3

Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola

4

Igreja Nossa Senhora dos Remédios

5

**Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
“Sonangol”**

6

Largo do Pelourinho

7

Centro Cultural Brasil – Angola

8

Museu Nacional de Antropologia

9

Sede do Banco de Comércio e Indústria “BCI”

10

**Largo do Baleizão - Exploração de todos os motivos de
atração turística**

11

Museu das Forças Armadas (Fortaleza de São Miguel)

12

Ilha de Luanda

- Hotéis
- Restaurantes
- Bares
- Rotunda do Monumento da Mulher Peixeira
- Igreja da Nossa Senhora do Cabo
- Marinha de Guerra Angolana
- Marina Baía Yacht Club Luanda
- Grupo Carnavalesco União Mundo da Ilha
- Mural “Passeio dos Cantores Angolanos”
- Ponto final
- Outros motivos de atração turística

13

Vila 7 do Piquenique de Luanda

14

Hotel Baía

15

Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN)

16

Assembleia Nacional da República de Angola

17

Cidade Alta

- Tribunal Supremo
- Ministério da Justiça da República de Angola
- Palácio Presidencial da República de Angola
- Igreja de Jesus
- Imprensa Nacional de Angola
- Vice-Presidência da República de Angola
- Ministério da Defesa da República de Angola
- Palácio da Justiça da República de Angola

18

Hospital Josina Machel

19

Instituto de Luta contra a Sida

20

Palácio da Música

21

Sede do Banco Economico

22

Centro Cultural Chá de Caxinde**Universidade Lusíada de Angola**

23

Edições Novembro “Jornal de Angola”

24

Hotel Globo

25

Palácio de Ferro

26

Palácio Dona Ana Joaquina “Tribunal Provincial de Luanda”**Ministério das Relações Exterior da República de Angola****Fundação Dr. Agostinho Neto**

27

Centro de Imprensa Aníbal de Melo “CIAM”

28

Governo Provincial de Luanda “GPL”

29

Mutamba

- Ministério das Finanças da República de Angola
- Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território da República de Angola

30

Governo Provincial de Luanda “GPL”

Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Luanda

Edifício Torres do Carmo

31

Skyna Hotel Luanda

32

Rua da Missão

- Hotel Epic Sana Luanda
- Hotel Tivoli
- Hotel Trópico
- TAAG

33

Antigo Largo do Kinaxixi

34

Museu Nacional de História Natural de Angola

35

Eixo Viário de Luanda

- Largo do Ambiente de Luanda
- Hotel Continental

36

Cemitério do Alto das Cruzes

37

Bairro Miramar

- Embaixadas
- Casa do antigo Presidente da República de Angola, Eng. José Eduardo dos Santos
- Maternidade Augusto Ngangula

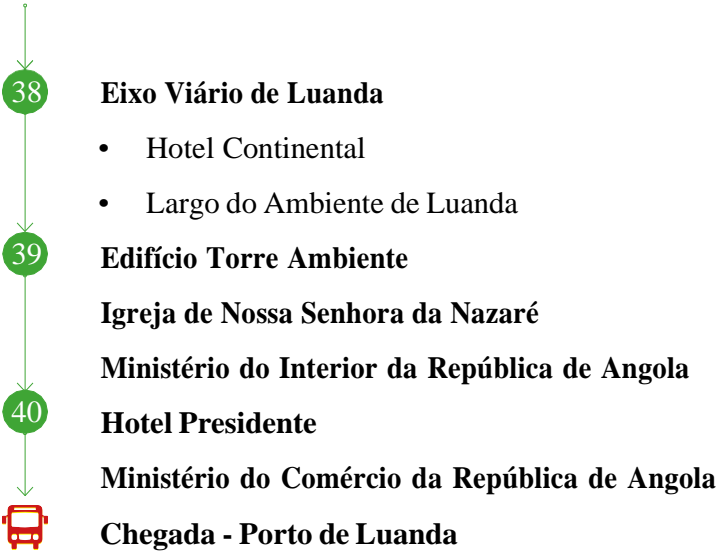


Figura 12: Proposta de Roteiro Turístico da Baixa de Luanda



Fonte: Arq. José Macuanda

O Roteiro Turístico da Baixa fica mais enriquecido com o projeto “Nossa Ginga”, requalificação e revitalização da Rua Rainha Ginga, apresentado pelo atelier Do Lado B em parceria com a

Noance Studio. Dada a sua importância, o seu valor histórico e pela sua representatividade, a rua outrora conhecida como Rua Salvador Correia e Rua dos Restauradores, que é a principal arteira socioeconómica e cultural da cidade de Luanda, servindo como ponto de ligação das áreas vitais entre várias zonas do centro da cidade, foi batizada pelo nome daquela que é considerada o maior símbolo da resistência africana à colonização “Rainha Nzinga Mbandi”.



 **nosogingos.pt**
Inessa Ginge





A ANTIGA CIDADE
Ponto de empacotamento e negócios colossais

[Ver mais fotos](#)

Residência e loja-farmácia localizada na Rua do Comércio, a rua da movimentação e negócios na 1ª cidade de comércio colonial portuguesa. Através da Rua do Comércio, está localizada a maior praça pública antes de chegar ao porto.

 **Tua, minha, @nosogingos**

 **Gostou: reinerdiguess e 424 outras pessoas**

nosogingos.pt Rua do Comércio - Uma das mais históricas e importantes ruas comerciais e culturais de Luanda, também fará parte da primeira edição urbana da #nosogingos amanhã com a @imbowa, com rept, @o goestoculturaloestlongola e as visitas da @explore_angola. Estão prontos? 

Primeira Atividade Urbana - Sábado, 28 de Abril

#comunidade #ruadaangola #historia #cultura #identidade #urbanism: #placemaking #comodes

roxo@ginga.ao
Missa Ginga

Atividades públicas na
#roxo@ginga

Sábado, Dia 30 de Abril
Das 8 às 14 horas

Família

Passeios turísticos

Com @globo_angola

PRACA DA SARRAKA

Descobre a história e segredos da Rua Rainha Ginga e o antigo centro da cidade de Luanda através de excursões guiadas.

2000 Kz

Luanda 2050

COMUNIDADE MUNICIPAL DE LUANDA



Evento criado por **roxo@ginga** e 109 outras pessoas

roxo@ginga.ao No Sábado, dia 30 de Abril, vai à #roxo@ginga descobrir a história e segredos da beira de Luanda com a @globo_angola 🇦🇴

Bilhetes: 2000 Kz por pessoa

Reservas para as visitas guiadas feitas na página da @explora_angola

Vive Move. Cria

#comunidade #história #turismo #placemaking #cultura #luanda #angola





A Rainha Nzinga Mbandi, também conhecida por Jinga ou Ginga, foi rainha dos reinos de Ndongo e de Matamba, situados na região atual de Angola, no século XVII. Nascida em 1582, governou essas localidades por um período de aproximadamente 40 anos – depois de seu pai, Mbande a Ngola, e de seu irmão, Ngola Mbande. Nesse período, liderou a guerra contra o avanço da colonização portuguesa em seus reinos. Hábil e carismática, Nzinga comandou grupos de guerreiros e destacou-se como grande negociadora, diplomata e estrategista, usando táticas de guerra e de espionagem. Nzinga morreu, em 1663, e tornou-se um símbolo de força e de resistência cultural – o que persiste até hoje. Na segunda metade do século XX, tornou-se um símbolo anti-imperialista, servindo de inspiração na luta pela independência do país. O seu nome foi atribuído a ruas, a escolas do país e o seu rosto está estampado na moeda de 20 kwanzas.¹⁰

10 Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/17279-nzinga>

Figura 13: Proposta de requalificação e revitalização da Rua Rainha Ginga



Fonte: <https://www.forbesafricalusofona.com/exclusivo-como-sera-a-nova-rua-rainha-ginga/>

Figura 14: Proposta de requalificação e revitalização da Rua Rainha Ginga



Fonte: <https://www.forbesafricalusofona.com/exclusivo-como-sera-a-nova-rua-rainha-ginga/>

Vila 7 do Piquenique de Benguela

Contextualização

A Província de Benguela fica na região central e oeste de Angola e tem como capital a cidade de Benguela. Confinada pelo oceano Atlântico (a oeste) e pelas províncias angolanas do Cuanza Sul (a norte), Huambo (a este), Huíla (a sudeste) e Namibe (a sul), esta província tem uma superfície de 39 826 km² e uma população próxima dos 2.000.000 de habitantes (INE 2018), constituída, na sua maioria, pela etnia dos Ovimbundos (ou Umbundos). A província de Benguela é constituída por dez (10) municípios (Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Caimbamba, Catumbela, Chongoroi, Cubal, Ganda e Lobito).

Figura 15: Localização e representação de alguns pontos turísticos da Província de Benguela.



Fonte: HDX, 2020.

A região de Benguela foi descoberta, em 1601, por Manuel Cerveira Pereira, que fundou, a 17 de maio de 1617, São Filipe de Benguela, que se tornou, posteriormente, num grande centro de tráfico de escravos. Em meados do século XX, a capital da província foi ultrapassada em importância pela cidade do Lobito, pois esta apresentava melhores condições portuárias.¹¹

É de destacar a linha de caminho de ferro de Benguela (com 1338 km) que atravessa o país de oeste a este (ligação do porto do Lobito à fronteira com a Zâmbia) e que permite escoar, para mercados internacionais, os minérios da Zâmbia e os produtos agrícolas dos planaltos do Huambo.

Dentre as principais fontes de rendimento económico da província de Benguela, o setor pesqueiro ocupa a 2.ª posição, a nível nacional, sobretudo pela industrialização do pescado (sardinha, caranguejo, carapau, gambas, camarão, anchova, cavala, tainha, atum, tubarão, entre outros) e pela produção de sal.

A nível turístico, a província apresenta vários pontos de interesse como: o Carnaval do Lobito, o município histórico da Catumbela, um dos locais de resistência autóctone durante o colonialismo português; as praias de Benguela, com realce para as praias Morena, Baía Azul, Caotinha e, no Lobito, a praia Restinga; a Fortaleza de S. Sebastião (no Egito -Praia) e o Forte de S. Pedro (na Catumbela); o centro piscatório da Baía-Farta; a Igreja N. Sra. do Pópulo (em Benguela).

11 Fonte: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$benguela](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$benguela)

O artesanato regional reflete o complexo sociocultural dos Ovimbundus e inclui as bengalas ou os bastões, as estatuetas e, ainda, as armas de caça e de guerra.

A Província de Benguela é um dos celeiros do desporto rei “futebol” em Angola, pois muitos dos nomes de referência da modalidade a nível nacional são oriundos da terra das acácias rubras, de entre os quais se passa a citar alguns: Miau, Pedro Garcia, Dias, Benchimol, JJ, Quim dos Santos, Pepino, Garcia Pinto Leite, Agostinho Tramagal, Maluka, Sayombo, Sarmento e Akwá.

A Vila 7 do Piquenique de Benguela no formato de uma BOLA de futebol é uma homenagem à província pelo seu histórico com o desporto que movimenta multidões e os seus jogadores, que são muitos, desde os federados, aos não federados, ou àqueles que jogam, apenas, uma vez no ano.

Figura 16: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique de Benguela



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 17: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique de Benguela



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 18: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique de Benguela



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

No dia 7 de janeiro de 2020, numa entrevista concedida à Angop (portal de notícias), o Presidente da Associação Provincial de Futebol (APF) de Benguela, Júlio Brito, anunciou que a província de Benguela deve contar, nos próximos anos, com um museu

dedicado ao futebol, o primeiro em Angola no período pós-independência.

Ainda sem data para a sua edificação, o Projeto, estimado em cerca de Akz 30 milhões, é uma iniciativa da APF de Benguela. A obra histórica está prevista para ser edificada numa área já cedida aos promotores, no interior do Estádio Nacional de Ombaka.

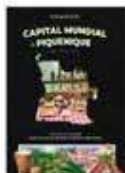
Júlio Brito assumiu que a criação do museu é um projeto inovador no atual mandato, até 2023, de maneira a perpetuar a história das lendas do futebol angolano que marcaram Benguela, algumas já referenciadas acima. Na intenção de perpetuar o nome daqueles que escreveram o seu nome nos relvados da província, o museu irá colecionar imagens, bolas, troféus, medalhas, taças e equipamentos usados por antigas e novas lendas do futebol.

Depois de Luanda, Benguela é a província mais representada no Campeonato Nacional da 1ª Divisão, vulgo Girabola, com três equipas: Wiliete, Académica do Lobito e Sporting de Benguela. O clube 1º de Maio de Benguela, apesar de despromovido da final do futebol, é a agremiação mais histórica da província e conta, no seu palmarés, com dois títulos no Girabola (1983-1985), três Taças de Angola, 1982/83 e 2007, além de duas Supertaças, em 1984 e 2014.¹²

12 Fonte: <https://www.angop.ao/noticias/desporto/primeiro-museu-do-futebol-pode-nascer-em-benguela/>

ANGOLA 2050
Capital Mundial do Piquenique
Picnic World Capital

**Vila 7 do
Piquenique de
Benguela**



Vila 7 do Piquenique do Namibe

Contextualização

O Namibe é uma província a sudoeste de Angola, cuja capital é a cidade de Moçâmedes. Entre 1985 e 2016, a cidade usou o mesmo nome da província, “Namibe”. Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo (INE), a província alberga uma população estimada em 568 722 habitantes, constituída, na sua maioria, pelo povo étnico dos Mucubais e conta com uma área territorial de 57.091km². Confinada pelo oceano Atlântico (a oeste), pela Namíbia (a sul) e pelas províncias angolanas de Benguela (a norte), Huíla (a este) e Cunene (a sudeste), o seu território é constituído por cinco (5) municípios (Moçâmedes, Bibala, Virei, Camucuio e Tômbua).

Com um clima semiárido, as populações concentraram-se, sobretudo, na costa litoral, nas localidades de Moçâmedes, Tômbua e Baía dos Tigres. A sul da província, encontra-se o deserto de Namibe, que se estende até ao nordeste da África do Sul e que tem um comprimento de perto de 1500 km e uma largura variável entre 50 a 150 km. Segundo historiadores, a região de Namibe foi descoberta por Diogo Cão, em 1485, realizando-se a primeira exploração territorial, apenas em 1785, pelo General de Angola, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, Barão de Moçâmedes. O seu povoamento começou por volta de 1839, mas, de facto, só se considerou a chegada dos primeiros colonos, com a instalação de portugueses que vinham do Brasil, em 1849. Nessa altura, a cidade principal foi denominada Moçâmedes (em consideração

ao explorador da região), nome que prevaleceu até à data da independência de Angola (1975), sendo, então, substituído por Namibe, devido à proximidade com o deserto de Namibe.¹³

Figura 19: Localização e representação de alguns pontos turísticos da Província do Namibe.



Fonte: HDX, 2020.

A província de Namibe tem um paisagem natural muito diversificada (orla marítima, savana, deserto) e apresenta vários pontos de interesse turístico: as igrejas de Santo Adrião; São Tiago; Nossa Senhora de Fátima; Nossa Senhora do Rosário; as Fortalezas de São Fernando e de Kapangombe; a Serra da Leba, conhecida por Morro da Chela; o Parque Nacional do Iona (com 15 150 km²); as praias de Amélia, Azul e Baba; o *habitat* da *Welwitschia Mirabilis*, uma espécie botânica endémica (única no mundo), que simboliza a resistência e a sobrevivência das espécies vegetais e animais no deserto.

13 [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$namibe](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$namibe)

Quanto a esta espécie vegetal, Tumbo ou N'tumbo, nome comum da *Welwitschia Mirabilis*, segundo pesquisadores, foi descoberta para a ciência, a 3 de setembro de 1859, pelo botânico austríaco Friedrich Welwitsch, no deserto do Namibe. Inicialmente denominada *Tumboa bainesii*, o seu nome foi, mais tarde, alterado para homenagear o seu descobridor. Esta planta é originária da Namíbia e do Sul de Angola, desenvolvendo-se na faixa costeira do deserto do Namibe, ao longo de mais de 1000 km, em locais onde a pluviosidade não excede os 10 mm/ano e a temperatura pode variar entre os 10°C e os 60°C.

A *Welwitschia* é reconhecível pelas suas duas longas folhas (podem alcançar 9 metros de comprimento, sendo por isso conhecida como “polvo do deserto”), largas e planas, de crescimento contínuo que persistem durante toda a sua existência. As duas folhas nascem, em arco, de um caule curto e lenhoso, sem ápice vegetativo; a sua nervação é paralelinérvea (as nervuras principais são paralelas entre si ao longo da folha) e, por ação do vento, rasgam-se em longas fitas. É junto à base das folhas que se diferenciam os órgãos reprodutores, em forma de pinhas. O caule é um cone invertido que não excede os 45 cm de altura e o seu diâmetro pode alcançar 1,5 m.

A planta sobrevive bem às duras condições do deserto, absorvendo água do lençol freático, através da sua raiz com 40 metros. A longevidade da *Welwitschia Mirabilis* é tão grande que se calcula que alguns exemplares mais antigos tenham 2000 anos.¹⁴

14 <https://www.museus.ulisboa.pt/pt-pt/Welwitschia-mirabilis>

Welwitschia Mirabilis, por ser uma planta tão diferente de todas as espécies conhecidas, foi colocada na família *Welwitschiaceae*, onde ainda hoje se inclui como espécie única e é a fonte de inspiração do conceito da Vila 7 do Piquenique do Namibe.

Figura 20: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique do Namibe



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 21: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique do Namibe



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 22: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique do Namibe



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein



Vila 7 do Piquenique da Huíla

Contextualização

Huíla é uma província no Sudoeste de Angola, cuja capital é a cidade de Lubango. Faz fronteira com as províncias do Namibe (a oeste), Benguela (a noroeste), Huambo (a norte), Bié (a nordeste), Cuando Cubango (a este), Cunene (a sul). A província da Huíla tem uma superfície de 75 023 km² e uma população estimada em 3.334.456 habitantes (INE 2018), constituída, na sua maioria, pelo povo étnico dos Muílas que, juntamente com os Gambos, integram o étnico dos Nhanecas. O seu território é constituído por catorze (14) municípios (Caconda, Cacula, Caluquembe, Chiange, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Humpata, Jamba, Lubango, Matala, Quilengues e Quipungo).

Figura 23: Localização e representação de alguns pontos turísticos da Província da Huíla.



Fonte: HDX, 2020.

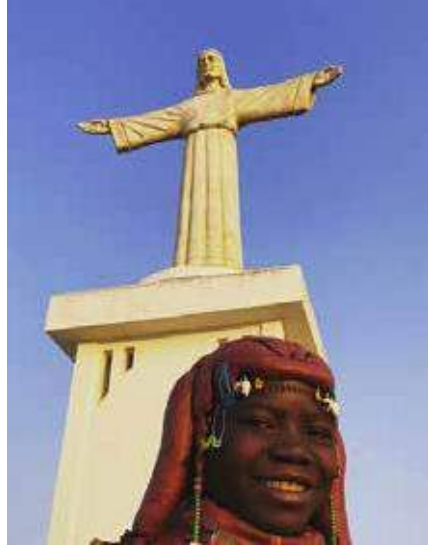
Segundo estudiosos como Soraia Ferreira, a cidade do Lubango foi fundada por colonos madeirenses, em 1885, passou a sede do concelho, em 1889, e foi elevada a cidade, em 1923. “Nós temos uma série de famílias que são descendentes desses primeiros madeirenses que se fixaram nesta região e todos eles, essas famílias inteiras, estão cá e nunca saíram de cá. São bastantes famílias”, começou por explicar numa entrevista à Lusa, a diretora do Museu Regional da Huíla. Soraia Ferreira, 36 anos, é de resto descendente dos madeirenses que se instalaram na atual província da Huíla, em 1885, e o museu que dirige está a preparar uma exposição sobre a evolução da região, com a coleção do período colonial que está em fase de inventariação.

O interesse colonial pela região das terras altas da Chela data de 1630, face ao clima e ao potencial agrícola, levando à constituição de colonatos agrícolas, como Alba Nova (1769) e Humpata (1882), mas foi a 19 de Janeiro de 1885 que chegaram à atual Lubango os primeiros 222 colonos portugueses, que estiveram na origem da cidade, atual capital da província de Huíla, recrutados na ilha da Madeira, por partilhar características com esta região angolana.

Nas margens do Caculuar, a mais de três quilómetros do centro da cidade, estes colonos construíram enormes estruturas de pau-a-pique com teto de capim para se alojarem provisoriamente, daí o nome pelo qual ainda hoje o local é conhecido: Barracões.

A história do Lubango está, de resto, patente na coleção conservada pelo Museu Regional da Huíla, constituído em meados da década de 50 do século XX.

Figura 24: Cristo Rei do Lubango e Mumuúla¹



Fonte: i.pining.com

Simbolicamente, o Cristo Rei do Lubango ocupa posição de destaque, sendo passagem “obrigatória” para quem visita a cidade, a segunda maior de Angola.

Construído no topo da serra da Chela, em 1957, com vista para a então cidade Sá da Bandeira, no período colonial português, o Cristo Rei foi concebido pelo engenheiro Frazão Sardinha, oriundo da Madeira, tal como os fundadores da cidade, replicando os que já existiam em Lisboa e no Rio de Janeiro. Com 2100 metros de altura e de braços abertos, o Cristo Rei é visível de qualquer ponto da cidade do Lubango.

A estátua está hoje classificada como património nacional em Angola e é uma imagem de marca do Lubango, sempre associada

¹ Mulher que faz parte da tribo Mumuúla, na província de Huíla.

aos madeirenses que ainda hoje têm descendência naquela zona do sul. Em função do seu significado e imponência, a Vila do Piquenique da Huíla, foi inspirada nela na intenção de agregar valor ao património já existente e homenagear a igreja.²

Figura 25: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique da Huíla



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Figura 26: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique da Huíla



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

2 <https://www.dn.pt/lusa/cristo-rei-do-lubango-ainda-recorda-chegada-dos-madeirenses-ao-sul-de-angola-9185014.html>

Figura 27: Conceito/formato da Vila 7 do Piquenique da Huíla



Fonte: Ideia original do autor. Desenho Arq. Victória Awoyama Klein

Quanto às atrações turísticas da província, destacam-se pontos de interesse turísticos como: a Fenda e a Cascata da Tundavala (perto de Lubango); o Parque Nacional de Bicular (com 7900 km²), onde predomina o Búfalo Negro; a Serra da Leba, conhecida por Morro da Chela e o serpentear da estrada que a atravessa; as Cascatas da Hungueria (de difícil acesso). O artesanato da região reflete o património sociocultural dos Muílas.



CAPÍTULO IV - MOBILIDADE

MOBILIDADE TURÍSTICA ENTRE AS PROVÍNCIAS DAS VILAS 7 DO PIQUENIQUE

Mobilidade ferroviária

Entendidos na matéria dizem que os primeiros escritos a favor do caminho-de-ferro em Angola é de 1848 da autoria de Pompeu de Carpe, um visionário, que esboçou uma ligação ferroviária de Luanda a Calumbo.

Em 1877, foi tomada a decisão (Ministro Andrade Corvo) de levar o caminho-de-ferro, a todo o custo, até ao Lucala, cuja construção se iniciou em 1886, inaugurando-se o primeiro troço de 45 km de Luanda à Funda. Era a ação da Companhia Real dos caminhos-de-ferro através de África, criada em 1883 e conhecida por Companhia de Ambaca. O projeto era ligar Luanda ao Congo, África Central e, posteriormente, aos caminhos-de-ferro, existentes ou em projeto, África Central e Moçambique. A Funda foi a primeira estação para paragem do comboio, depois da Estação Central do Bungo.

Dos primeiros 45 km de Luanda à Funda, o CFA atinge os 364 km em 1899 até ao rio Lucala, na bitola de um metro. Antes, por volta de 1885/86, são construídas igualmente as Oficinas em frente da estação Central de Luanda, que serviram até 1918, fim da 1ª Guerra Mundial, às necessidades daquele

caminho-de-ferro e, depois, até 1975, às do Caminho de Ferro de Luanda.³

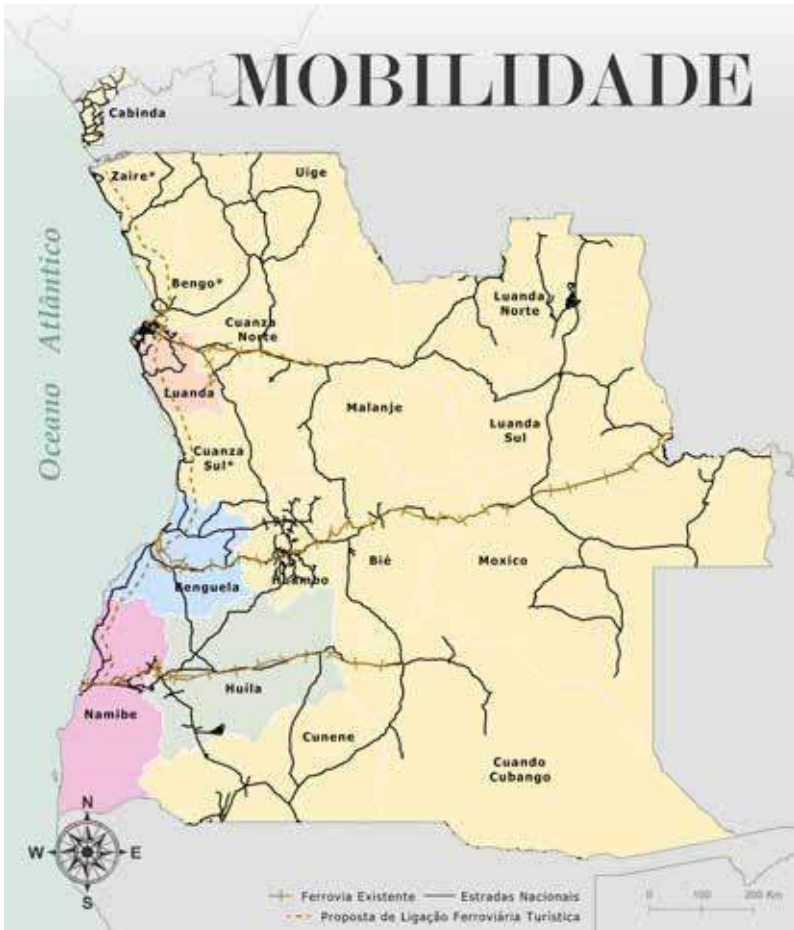
A rede de caminho-de-ferro de Angola é definida por três linhas estruturais⁴:

- Linha do Caminho de Ferro de Benguela: Esta é a maior linha férrea de Angola, com extensão total de 1340 km. Liga o porto do Lobito, na costa atlântica, à povoação fronteiriça de Luau, na parte oriental do país, que faz fronteira com a República Democrática do Congo. Inclui, ainda, um ramal de 28 km, que faz a ligação do porto do Lobito a Benguela;
- Linha do Caminho de Ferro de Luanda: Esta linha liga Luanda a Malanje, capital da província com o mesmo nome, numa extensão total de 445 km;
- Linhado Caminhode Ferrode Moçâmedes: ligaacidadecosteira do Namibe a Menongue, na província de Cuando Cubango, numa extensão total de 860 km. Esta linha compreende, ainda, dois ramais entre a estação do Entroncamento (no Dongo) e as zonas mineiras de Tchamutete e da Jamba.

3 <https://cflep.co.ao/historia/>

4 <https://www.a1v2.pt/portfolio/reabilitacao-da-rede-ferroviaria-de-angola/>

Figura 28: Proposta de mobilidade turística entre as províncias do litoral.



Fonte: Gismaps, s.d.

Pensar no desenvolvimento turístico de Angola é pensar em expansão e melhoria da mobilidade e do transporte provincial e interprovincial. Das três linhas estruturais que compõem a rede do caminho de ferro do país, propomos a construção da quarta linha, destinada para fins de mobilidade turística e não só, interligando todas as províncias do litoral,

(Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza Sul, Benguela, Namibe) e a província da Huíla. Estudos mais pormenorizados deverão ser feitos por empresas especializadas para analisarem a viabilidade da construção da “Linha Férrea do Futuro”.

Figura 29: Comboio Turístico



Foto: Rádio Nova

Mobilidade Marítima

Pearce (1982) considera que, na experiência turística, o transporte marítimo é um elemento-chave. Assim sendo, não deve ser fator de frustrações ao turista, ao contrário, deve proporcionar-lhe facilidade de acesso, fornecendo a ligação essencial entre as áreas de destino e as de origem, facilitando a mobilidade.

Ao longo dos tempos, o transporte marítimo foi o grande meio de transporte utilizado para percorrer longas distâncias até ao advento das ferrovias e, principalmente, da aviação. O transporte

aéreo ocupou o espaço do transporte marítimo de passageiro, especificamente, como meio de locomoção transoceânico.

Ainda assim, o transporte marítimo é de grande importância como meio para levar e trazer produtos em grandes quantidades, bem como de passageiros em trânsito, principalmente em distâncias que não sejam bastante longas, ou tratando-se de localidades separadas por rio ou mar, muitas vezes, servidas, como em Luanda, pelos ferry-boats.

Dentre as vantagens do transporte marítimo pode destacar-se a comodidade, onde o passageiro tem a possibilidade de usufruir da viagem de diversas formas, principalmente na oferta de serviços, como é o caso dos cruzeiros, Iates e barcos de recreio, diferentemente de outras modalidades de transporte; economia, dado que tem uma restrição muito menor do que os outros meios de transporte, no que diz respeito ao número de bagagens; a capacidade permite transportar uma quantidade considerável de pessoas ao mesmo tempo; e a segurança, posto que os países com áreas costeiras possuem normas de segurança razoavelmente rígidas. Também são encontrados alguns pontos negativos, como a lentidão, o que o tornando inapropriado para os viajantes que se deslocam por motivos de negócios; pouca flexibilidade, exigindo a predeterminação de itinerários; custo e necessidade de investimento.

De uma forma integrada e para dar o seu contributo numa mobilidade eficiente e eficaz, entre as Vilas 7 do Piquenique, são propostas a construção de terminais destinados para os cruzeiros

e a edificação de marinas para Iates e barcos de recreio, de forma a criar uma dinâmica de cooperação territorial, interligando dois principais objetivos: por um lado, atrair à atividade dos cruzeiros e, por outro lado, o de integração urbana, associado ao incremento da sociabilidade com a população envolvente.

Através da edificação dessas infraestruturas, pretende criar-se uma grande porta de entrada nas Vilas 7 do piquenique e impulsionar, definitivamente, o crescimento do número de navios de cruzeiro, Iates, barcos de recreio e de passageiros nessas localidades.

Figura 30: Exemplo de terminal para cruzeiros e marina para iates e barcos de recreio, Porto Açoriano – Portugal



Foto: ambitur.pt



CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, importa realçar que os territórios dos países menos desenvolvidos enfrentam problemas estruturais que delimitam o seu espaço de progressão e que, se a situação não for ultrapassada, podem comprometer o seu futuro, restando-lhes a identidade, a autenticidade, os elementos patrimoniais, a cultura e tudo aquilo que for diferenciador e suscetível de ser valorizado para atrair visitantes.

Assim, qualquer estratégia alternativa de desenvolvimento territorial deve pautar-se pela atividade turística, contrariando os ciclos de pobreza, a nível regional e nacional, já que as potencialidades latentes do setor do turismo fornecem um contributo essencial para o crescimento económico que se pretende duradouro e sustentável.

Este processo de mudança tem de ser continuado e integrado nas dinâmicas intraterritoriais e globais, com o escopo na potenciação dos recursos materiais e imateriais, genéricos e específicos, endógenos, que existem no local, tendo em conta a dinamização socioeconómica e a melhoria da qualidade de vida das populações (Dallabrida, 2015).

São necessárias condições mínimas para fomentar o turismo, pelo que cada tipologia turística está associada a um conjunto de recursos. Tratando-se do turismo artístico, importa que o território possua monumentos; para o turismo histórico,

o importante são as tradições, as culturas e os legados, isto é, características que possam seduzir e atrair os turistas. É igualmente importante que se articule a atividade turística com a economia tradicional, de modo que uma promova a outra, em consonância com o incremento de infraestruturas básicas, como as vias de comunicação, o alojamento, o abastecimento de água e de energia e os transportes.

De uma década a esta parte, o turismo em Angola tem conhecido um acentuado desenvolvimento e reconhecimento, enquanto atividade económica, mostrando sinais de maior rentabilidade e prosperidade, no entanto a valorização deste setor tem se feito tardiamente, devido a alguma resistência à mudança, que se faz sentir. Um bom sinal é, sem dúvida, a existência de um Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo em Angola, que data de 2011, todavia continua a verificar-se um défice de oferta turística.

Com base em todos os pressupostos teóricos apresentados ao longo deste livro, adiantam-se algumas propostas bem estruturadas e adequadas às especificidades dos respetivos territórios, assumindo que é necessário que se implementem políticas proativas de defesa da qualidade do ambiente que passam pela restauração, pelo alojamento e pela animação, mas também e sobretudo, pelo modo como a comunidade encara o turista a vários níveis, pois só assim se pode esperar que os turistas desencadeiem hábitos de regresso aos mesmos locais ou recomendem a outras pessoas.

Angola possui condições ímpares para adotar, com sucesso, uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada no

turismo que, para além de preservar as áreas naturais, ajude a consciencializar as pessoas para a importância do planeamento ordenado da atividade turística, no sentido de serem evitados danos ambientais.

Angola 2050 pretende ser uma base de orientação para auxiliar o Conselho de Governação Local na redução das assimetrias, preconizando que todos os municípios venham a elaborar um Plano de Ordenamento e Desenvolvimento Municipal, em consonância com as estratégias e prioridades políticas.

Este projeto baseia-se numa nova forma de pensar o território, traduzindo-se no conceito “2\Tl”, criado pelo autor, para que todos os lugares apresentem condições para Viver, Visitar, Trabalhar e Investir, percorrendo o caminho que há de levar à Angola Capital Mundial do Piquenique, para o que se propõe a construção de 7 vilas turísticas, “**Vilas 7 do Piquenique**”, a fim de proporcionar vivências turísticas baseadas na cultura, na natureza e na aventura. Trata-se de loteamentos urbanos inspirados em desenhos de objetos; microfone, na Província de Luanda; bola de futebol, na Província de Benguela; cruz, na Província da Huíla e uma planta (*Welwitschia mirabilis*), na Província do Namibe.

Com o empenho de todos, será possível implementar os três princípios basilares da Lei do Turismo: competitividade, sustentabilidade e transversalidade, com a finalidade de que as diferentes regiões possam criar riqueza e perspetivas para os seus habitantes, valorizando os excelentes recursos naturais do nosso país, para que todos tenham oportunidades semelhantes de sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Ricardo. *Cruzeiros Marítimos*. Barueri: Manole, 2006.
- BAHL, Miguel. *Viagens e Roteiros Turísticos*. Curitiba: Protexoto, 2004.
- BENI, Mário Calos. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2011.
- COOPER, Chris; HALL, Michel; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo.
- CORIOLOANO, L. N., & FERNANDES, L. M. Migração temporária e mobilidade sazonal no turismo. In: *SEMINÁRIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO - ANPTUR*, 9., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade do Anhembi Morumbi/UAM, 2012. 12 p.
- DALLABRIDA, V. R., “*Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática*”, 2015 disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf, consultado em 24-05-2022
- KANTER, Rosabeth Moss, (1995), “*World Class-Thriving Locally in the Global Economy*”, Prentice-Hall.
- KOTLER, Philip, Haider, Donald, Rein, Irving, (1993) “*Marketing Places. Attracting Investment, Industry, and Tourism to Cities, States, and Nations*”, Free Press, Nova Iorque.
- LARSEN, Jonas; URRY, John; AXHAUSEN, Kay. *Networks and tourism: mobile social life*. *Annals of Tourism Research*, v. 34, n. 1, p.244-262, jan. 2007.
- OMT. *Turismo Internacional: Uma Perspectiva Global*. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PEARCE, P.L. *The social psychology of tourist behaviour*. Oxford: Pergamon, 1982.

REJOWSKI, Mirian (Org.). *Turismo no Percurso do Tempo*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002

REJOWSKI, Mirian. Agência de Viagens. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC Nacional, 2001.

TAVARES, Adriana. *City Tour*. São Paulo. Aleph, 2002.

TORRE, Francisco de la. *Sistema de transporte turístico*. São Paulo: Roca, 2002.

URRY, John. Mobility and proximity. *Sociology*, vol. 36, n. 2, p.255-274, mai. 2002.

Outras Fontes:

<http://gismaps.com.br>

<https://data.humdata.org/dataset/cod-ab-ago?> , consultado em 2

CAPITAL MUNDIAL DO PIQUENIQUE

DE HÉLIO ARAGÃO

EDITORA DIGITAL “ÁGUA PRECIOSA”

Telefone: 923 407 949

Todos os direitos desta obra reservados a Hélio Aragão
Este E-book está protegido por
Leis de direitos autorais na “**CPLP**” “**SADC**” e “**PALOP**”

=====

“*CPLP*” COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
“*SADC*” COMUNIDADE DOS PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL
“*PAÍSES*” AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Esta obra está sob uma Licença Commons. Você pode copiar, distribuir,
exibir, desde que Seja dado crédito aos autores originais

Não é permitido modificar esta obra. Não pode fazer uso comercial desta
obra. Não pode criar obras derivadas.

A responsabilidade Pelos textos, músicas e imagens É exclusivamente do
Autor.